

SESSÕES DO PLENÁRIO

90ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de novembro de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADERBAL CALDAS (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Augusto Castro, Bira Corôa Lula, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fátima Nunes Lula, Gika Lopes Lula, Heber Santana, Hildécio Meireles, José de Arimateia, Joseildo Ramos Lula, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Manassés, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto Lula, Samuel Junior, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto Lula e Zó. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Targino Machado comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 7 e 8/11/2018.

Do Deputado Sandro Régis comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 5/11/2018.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- (Lê) “*Requerimento Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar O Projeto de Lei n.º 22.918/2018, do Poder Executivo, que Altera o Anexo Único da Lei n.º 12.373, de 23 de dezembro de 2011.

Sala das Sessões”

Submeto, à apreciação do Plenário, as atas das seguintes sessões: ordinárias n.ºs 86ª e 87ª, realizadas em 12 e 13/11/2018; e extraordinária n.º 17ª, realizada 13/11/2018.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de Ordem ao deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, só para tirar uma dúvida. Quanto aos *tablets*, esse valioso investimento feito por esta Casa Legislativa, eles não estão funcionando por qual motivo? V. Ex.ª saberia explicar ou perguntar a alguém responsável por este equipamento importante para o bom funcionamento dessa Casa? Será que a nossa Mesa Diretora saberia nos informar?

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Vamos pedir informação à diretoria de informática para ficarmos, devidamente, municiados acerca dessas informações.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Pelo tempo de 5 minutos, com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, minha saudação a V. Ex.ª, a todos os colegas deputados e deputadas, imprensa, membros das Galerias.

Hoje, 20 de novembro, é o dia de se comemorar a luta pelo enfrentamento ao preconceito, contra o racismo, Dia da Consciência Negra, onde a gente comemora heróis que já se foram, desde Zumbi dos Palmares aos heróis vivos. Há os antigos e há os que já se foram recentemente como Moa do Katendê, como Marielle Franco. Há os vivos que estão aqui e são aqueles que fazem da sua luta uma resistência e um enfrentamento contra o racismo e em defesa da igualdade e da justiça social.

E a gente que tem sido atuante na defesa da promoção da igualdade junto ao deputado Bira Corôa e a tantos outros deputados aqui. A gente quer fazer uma moção de aplauso ao Dia da Consciência Negra.

Sabe-se que, nesta Casa, colocamos importantes projetos, desde a criação do Memorial da Revolta dos Búzios, já foi aprovado no ano passado e está no aguardo

de a Mesa Diretora encaminhar as custas para se implantar. Há, também, o memorial que terá os nossos heróis aqui na Casa junto à nossa bandeira da Revolta dos Búzios. Eles foram os primeiros deputados pregando igualdade, fraternidade e liberdade.

Há um projeto de resolução tramitando nesta Casa que cria a Comenda da Liberdade, Comenda Revolta dos Búzios. Esta será para homenagear movimentos sociais e pessoas de notório saber no enfrentamento da luta pela igualdade e no enfrentamento contra o racismo. Espero que esta Casa possa votar ainda este ano.

Mas serve também esta fala para nós lamentarmos e nos solidarizarmos por um falecimento de um usuário do sistema *ferryboat*: um senhor de 82 anos, na semana passada, teve uma parada cardíaca e, mesmo em detrimento da tentativa de algumas pessoas de fazerem massagem, infelizmente foi a óbito.

Desde 2015, apresentamos o Projeto n.º 21.608 nesta Casa que institui o Dia Estadual da Prevenção da Arritmia Cardíaca e Morte Súbita no Estado da Bahia. E, também, há o projeto que obriga os estabelecimentos de grande circulação a instalarem o desfibrilador externo automático chamado DEA.

O DEA, deputada Fátima, nada mais é do que um aparelho que, colocado em locais como a Arena Fonte Nova, como o *ferryboat*, como rodoviárias, pode, no momento de uma arritmia que leve à parada cardíaca, manuseado por uma pessoa previamente treinada ou por leigos, ser usado para salvar vidas. O DEA pode ser operado por leigos, salvar uma vida. Isto é, ao dar choques, faz com que o coração bata de forma mais rítmica, ganhando tempo para este paciente procurar um serviço de emergência e ser conduzido para um serviço de emergência. Infelizmente, tivemos uma morte no *ferryboat*.

Este projeto tramita nesta Casa desde 2015. Este Projeto Lei é o de n.º 21.609. E tem, deputado Zé Neto, um projeto idêntico de sua autoria que foi apensado ao nosso projeto de 2016.

Todos nós, deputados, desejamos a mesma coisa, qual seja, a de se instituir a obrigatoriedade de se equipar com aparelho desfibrilador externo automático em estabelecimentos e em eventos de grande concentração e circulação de pessoas no âmbito do estado da Bahia.

Na verdade, nós, inclusive, em vários artigos, determinamos que esses locais sejam acima de 2 mil pessoas em projeto; e de 1.500 pessoas no projeto de V. Ex.^a.

Assim, tais locais podem dispor de um aparelho que custa pouco mais de R\$ 5.000,00.

Então, eu peço apoio dos colegas para podermos aprovar este projeto de lei em memória desse paciente que teve a vida ceifada por uma coisa que poderia ter sido salva se tivesse um DEA ali.

Espero que nós possamos votar esse projeto com dispensa de formalidades para isso não mais ocorrer, pois eu própria, há 30 anos, tive um tio, o grande pneumologista Sócrates Guanaes, que morreu também de igual forma no *ferryboat* com parada cardíaca, não podendo ter acesso a nenhum tipo de primeiros socorros, porque, àquela época, não havia.

Estamos no mês onde se comemora, no mês onde a gente faz dias de consciência sobre a necessidade de fazermos exames preventivos e o combate à hipertensão através de exames regulares no cardiologista.

Vamos mudar a história! Vamos mudar o rumo dessa história ao aprovar este PL n.º 21.609 de 2015 para instituir a obrigatoriedade no Estado da Bahia! Assim, nós poderemos evitar mortes e salvar vidas que podem ser salvas com uma simples aprovação de um projeto de lei que tramita nesta Casa.

Eu espero que nós possamos votar em breve este projeto.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Carlos Ubaldino. (Pausa)

Na ausência do deputado Carlos Ubaldino, com a palavra a nobre deputada sertaneja Fátima Nunes pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.ª FÁTIMA NUNES LULA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, nesta tarde de hoje, eu quero, também, fazer a memória em favor da nossa luta, a luta dos homens e das mulheres que neste país foram explorados, sugado o seu sangue, o seu suor, para construir a riqueza desta Pátria.

E, aqui na nossa Bahia, foi exatamente onde muitos deles e delas não conseguiram nem sobreviver. Mas a resistência foi a marca desses homens e dessas mulheres para que a gente pudesse ter uma Bahia livre e independente.

Este 20 de novembro é o dia que, depois de muito tempo de resistência dos homens e das mulheres negras e negros dessa Pátria conseguiram constituir e aprovar em lei o Dia da Consciência Negra.

Mas não basta apenas ter a lei. É preciso que os homens as mulheres façam valer o direito de cada homem, cada mulher, independente da sua cor, viver bem e ser feliz neste país com democracia e com menos violência.

E a gente sabe o quanto tem sido duro e cruel esses últimos anos, principalmente após o *impeachment* da presidenta Dilma, onde o número de violência ocorreu, assim, insistentemente, com as pessoas que se colocaram na luta, vindo, inclusive, a ter mortes muito cruéis, como a da nossa companheira de batalha Marielle, até hoje sem nenhuma punição a seus culpados, inclusive impedido de ser, hoje, o seu inquérito revelado para a sociedade saber de quanto tem sido escondido esse crime tão cruel com aquela companheira tão lutadora.

E mais recente, aqui na Bahia, há o caso do nosso líder da luta cultural Moa do Katendê.

Eu queria registrar isso ao lembrar, também, os nomes de muitos outros e muitas outras que nessa lida social espalhada por este país tão grande, muitas vezes na luta pela terra, pela moradia, pela necessidade de se organizar na sua luta social para reconhecimento dos seus povos quilombolas, também têm sido muito combatidos e, muitas vezes, violentamente assassinados.

Mas não será a violência deles que vai calar a nossa voz, pois continuaremos nas ruas e nas praças a lutar pelos nossos direitos e a combater esse racismo e a combater essa violência contra a nossa etnia negra.

Queria registrar, aqui também, nesses poucos minutos que nos faltam, a luta do nosso companheiro lá de Jeremoabo, Pedro Som, ao lado de várias comunidades, que... Após o mandato do presidente Lula, foi possível registrar e reconhecer um enorme número de comunidades que hoje são reconhecidas como comunidades quilombolas e que, a partir dessa conquista, desse reconhecimento, passaram a ter, nos seus assentamentos, nas suas comunidades, nas suas localidades, água, ter energia, ter estrada, ter escola e organização do povo com as comunidades produtivas.

Quero parabenizar essa “companheirada” de Jeremoabo.

Gostaria de dizer que, no sábado, faremos, mais uma vez, a marcha em defesa dos direitos dos quilombolas. Estaremos lá na cidade acompanhando toda a sua luta e a sua perseverança.

É assim em Jeremoabo. É, agora à tarde, lá no Campo Grande. É, também, em São Paulo! É em todo o Brasil que o nosso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA:- (...) espírito de luta nunca será arrefecido, pois a nossa bandeira sempre será a democracia e os direitos.

Obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Solicito à companheira Fátima Nunes assumir a presidência para eu poder ocupar a tribuna.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem o deputado Targino Machado.

(A Sr.^a Deputada Fátima Nunes Lula assume a presidência da Mesa.)

O Sr. Targino Machado:- Quero encarecer a V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Pela ordem o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Farei o contraditório da questão de ordem.

Antes de tudo, gostaria de me dirigir a vocês, companheiro deputado e companheira deputada, que se encontram nas dependências da Assembleia desta Casa, pois existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Gostaria de aproveitar o tempo que tenho para tratar dessa questão para parabenizar todas as lideranças, todos os deputados federais, todas as lideranças ligadas à reforma sanitária, ao movimento de décadas que existe aqui em nosso país e

onde a Bahia tem um protagonismo enorme, que através de suas articulações fizeram cair por terra a Medida Provisória n.º 844 que abriria as portas para a privatização do saneamento tanto em nível rural quanto em nível urbano.

Para o capital privado, a abertura do saneamento significaria a negação da universalização dos serviços de saneamento em nosso país. A inexistência do saneamento nas áreas mais pobres deste país é um dos maiores símbolos da desigualdade social.

Ao longo dos quase 13 anos dos governos de Lula e Dilma, foi o período da era republicana em que mais se investiu e em que mais se aprovaram ferramentas legais para estabelecer critérios de avanços e de acesso aos serviços de saneamento.

E, através de uma articulação urdida na calada da noite ou das madrugadas, os avanços obtidos na diminuição da mortalidade infantil, na ampliação do acesso aos serviços básicos de saneamento, criaram a oportunidade de barrar a intenção, de mexer numa ferida há muito tempo está aberta entre nós e nos envergonha perante o mundo inteiro: é a negação dos serviços básicos de saneamento para o povo brasileiro.

Então, essa malfadada medida foi gerida e foi pensada por um antipatriota, porque não posso considerar que uma pessoa respeite o protagonismo dos mais pobres quando lhes nega o acesso à saúde preventiva, o direito à saúde já consolidado como cláusula pétrea da Constituição de 1988.

Então eu quero aqui, neste instante, aplaudir, elevar minha voz e parabenizar todos os detentores de mandato, todas as lideranças que se fizeram presentes no Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara Federal, jogando por terra mais uma iniciativa nefasta que iria aumentar a pobreza, que iria dificultar o subsídio cruzado nos serviços públicos de saneamento em todo o país e que iria inviabilizar as empresas públicas, sejam elas municipais ou estaduais na manutenção e na provisão dos serviços básicos de saneamento aqui entre nós.

Portanto eu gostaria, Sr.^a Presidente, que a senhora zerasse o painel e colocasse o tempo regimental e fizesse a chamada nominal dos Srs. Deputados e das Sr.^{as} Deputadas presentes nesta Casa para marcarem as suas presenças, a fim de dar continuidade à presente sessão.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula):- Deputado Joseildo Ramos, o vosso pedido será atendido.

Peço ao serviço de tecnologia zerar o painel e marcar o tempo e regimental dos 15 minutos.

Convido todos os deputados e as deputadas presentes nesta Casa, logo aqui ao lado do cafezinho, naturalmente, no saguão. Eles devem estar dialogando com algum cidadão que sempre vem a esta Casa procurar e alguns nos gabinetes que adentrem ao Plenário e marquem as suas presenças para podermos dar continuidade à presente sessão.

Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, apressem os seus passos no corredor, na sala do cafezinho, no saguão, no gabinete e adentrem ao Plenário para marcar as suas

presenças. Já estão aqui 12 presentes. Estão faltando, apenas, 11 deputados para darmos continuidade à presente sessão. Faltam apenas nove. (Pausa)

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula):- Pela ordem o deputado José Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr.^a Presidenta, queria aqui aproveitar os 5 minutos que tenho, primeiro para solicitar a presença das Sr.^{as} Deputadas, dos Srs. Deputados que se encontram na Casa. Nós temos um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão e já temos aqui 14 deputados que assinaram frequência. Nos restam ainda 9 minutos, e eu peço a V. Ex.^{as} que, por favor... Nós temos quatro projetos em pauta: temos o projeto do ICMS; temos o projeto – inclusive sobrestando a pauta – do Tribunal, que diz respeito, dentre outras coisas, às taxas cartoriais; temos aqui um pedido de urgência acerca de uma medida importante com relação à arrecadação do estado; temos um outro projeto, que eu queria aproveitar aqui a presença do deputado Adolfo Viana e do deputado Luciano e pedir à Oposição um gesto, se possível, para que possamos, hoje ainda, votar por acordo um projeto de lei que diz respeito a garantir aos funcionários da Ebal, que foram, agora há pouco, desligados com a venda da empresa, que esses ex-funcionários mantenham o direito a ter o Planserv.

Então, é um projeto de lei que visa, evidentemente, humanizar um processo doloroso que foi para todos nós, a venda da Ebal. Inevitável também pelas circunstâncias do próprio mercado, da própria conjuntura com que o setor de atacado foi tomando.

Eu me recordo, eu fui relator da CPI da Ebal, e naquela época nós tínhamos aqui uma Ebal que ainda tinha competitividade. Com o tempo vários acessórios foram acrescentados aos supermercados e aos atacadistas, inclusive com a criação dos cash & carry, com autorização para que os supermercados tivessem vendas de computadores, vendas de remédio, farmácias dentro dos supermercados – até automóvel, hoje, se vende em supermercado –, quando na época em que a Ebal ainda era competitiva nada disso era permitido. E é evidente que a Ebal foi ficando, tanto do ponto de vista estratégico para o estado como também numa situação de modificação de mercado. E isso não tinha como fazer frente: o estado com investimentos vultosos que voltassem a dar competitividade necessária para aquela rede, que foi vendida e hoje funcionários que foram desligados da empresa necessitam.

E por isso eu peço aqui à Oposição que faça esse gesto de permanecerem, para os que necessitam permanecer, melhor dizendo, com o direito ao plano de saúde do Planserv, que é o plano público.

Isso foi acertado junto ao Ministério Público do Trabalho. O projeto se encontra aqui na Casa, e eu queria fazer uma solicitação aos deputados de Oposição, especialmente ao meu amigo dileto deputado Luciano Ribeiro, que, se fosse possível, fizéssemos esse gesto humano, atendendo a um reclame dos trabalhadores e, também, a um ajuste de conduta feito no Ministério Público do Trabalho.

O Ministério Público do Trabalho exigiu que o estado fizesse essa concessão. Eu queria pedir a V. Ex.^{as} que, se possível, nós fizéssemos...

(Intervenção fora dos microfones.)

Ebal. Os trabalhadores que foram desligados da Ebal.

E o projeto diz respeito a eles. E vou já passar para V. Ex.^a.

Vou pedir aqui a Priscila que passe para o deputado Luciano, imediatamente, o projeto de lei que trata desse assunto.

Portanto, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados que se encontram na Casa Legislativa, por favor adentrem aqui no Plenário. Nós temos um pedido de verificação de quórum para permanência da presente sessão e precisamos urgentemente de quórum. Temos apenas 17 deputados. Ainda temos praticamente 5 minutos. Quem estiver na Casa, dá para chegar a tempo aqui no Plenário, para que possamos...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) dar continuidade à presente sessão. Já temos 19 Srs. Deputados e Deputadas na Casa.

Fica aqui a solicitação. Acaba de chegar o deputado... (Pausa)

Temos agora 19 deputados. Meu tempo está encerrando. Peço aos Srs. Deputados... Chegou o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Aderbal, por 5 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, hoje, Dia da Consciência Negra. É até estranho em São Paulo e Rio de Janeiro ser feriado, e na Bahia, o estado onde há mais negros, mais afrodescendentes fora da África, não ser feriado; os nossos irmãos afrodescendentes não serem homenageados com um feriado.

Eu sou contra, terrivelmente contra qualquer discriminação, não só de ordem racial, como religiosa ou de qualquer natureza. Nós, essa Pátria brasileira, tudo devemos aos nossos irmãos africanos que para aqui vieram escravizados trabalhar, derramar suor e sangue para construir esta Nação.

Eu condeno todos aqueles que discriminam nossos irmãos afrodescendentes. Acho que o negro não deveria ter complexo algum, não deverá, não deve ter complexo algum. Mas, ao sentir-se discriminado, deve repelir à altura, com altivez, deve pedir e impor que lhe respeite. O negro deve dizer que é credor e não devedor, que é vítima e não réu, que esta Nação brasileira, que todos os brasileiros devem aos negros tudo o que se edificou, tudo o que se construiu, toda injustiça perpetrada contra nossos irmãos africanos. Então deve, ao sentir-se discriminado, não se abater, mas repelir à altura, dizendo que ele é vítima e não réu.

Mas eu quero aproveitar para recitar uma pequena poesia do poeta dos escravos, Antônio Frederico de Castro Alves, o poema A Cruz da Estrada, que diz o seguinte:

*“Caminheiro que passas pela estrada,
Seguindo pelo rumo do sertão,
Quando vires a cruz abandonada,
Deixa-a em paz dormir na solidão.
Que vale o ramo do alecrim cheiroso
Que lhe atiras nos braços ao passar?
Vais espantar o bando buliçoso
Das borboletas, que lá vão pousar.
É de um escravo humilde sepultura,
Foi-lhe a vida o velar de insônia atroz.
Deixa-o dormir no leito de verdura,
Que o Senhor dentre as selvas lhe compôs.
Não precisa de ti. O gaturamo
Geme, por ele, à tarde, no sertão.
E a juriti, do taquaral no ramo,
Povoa, soluçando, a solidão.
Dentre os braços da cruz, a parasita,
Num abraço de flores, se prendeu.
Chora orvalhos a grama, que palpita;
Lhe acende o vaga-lume o facho seu.
Quando, à noite, o silêncio habita as matas,
A sepultura fala a sós com Deus.
Prende-se a voz na boca das cascatas,
E as asas de ouro aos astros lá nos céus.”*

Esta é a homenagem..

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que o poeta Castro Alves presta a um irmão escravo que fora morto e sepultado à beira do caminho. E nós queremos, hoje, prestar homenagem a Zumbi dos Palmares, a todos os negros que tanto sofreram, tanto trabalharam para edificar esta Nação, tanto foram injustiçados.

Queremos homenagear a princesa Isabel...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que, corajosamente, sabendo que poria em ruína o Império, teve a coragem necessária e o sentimento humanitário para assinar a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, a Lei nº 3.333, que declarava extinta a escravidão no Brasil.

Parabéns à princesa Isabel, que Deus a recompense e que a tenha no lugar que ela merece por esse ato humanitário...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- (...) e cristão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS LULA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, todos os que nos assistem pela TV Assembleia, imprensa aqui presente, subo a esta tribuna para tentar reverberar alguns acontecimentos dignos de nota protagonizados pela equipe do futuro presidente, a equipe de transição. E dentre esses episódios sobressai aquela declaração frontalmente contra o Mercosul. Contra o Mercosul! Contra a indústria nacional, a partir da sua suposta inoperância, as lideranças do setor industrial brasileiro como lobistas, criando um mal-estar muito grande, atingindo frontalmente os interesses da indústria brasileira, que exporta 75% do que produz na direção da Argentina, criando um problema de comércio exterior, desnecessariamente, por uma manifestação absurda, desmedida, falaciosa.

E na esteira desses desatinos sobreveio também a questão do Programa Mais Médicos, um programa que exala solidariedade e onde a imprensa, de uma maneira quase que por unanimidade, tem colocado luzes numa suposta situação como quem tivesse na qualidade de médico servindo neste país, como quem tivesse sendo vítima de trabalho escravo.

Numa breve leitura se achará com uma certa facilidade que a relação de ganho, a relação salarial que ocorre em Cuba, ela, em nenhum momento, se confunde com a realidade que nós temos aqui no país, onde um médico ganha 50, 60, 70 vezes mais do que um salário mínimo. Em Cuba, normalmente, um professor ganha mais do que um médico. E dos 75% do salário dos cubanos que ficam em Cuba, uma parte desses proventos vai na direção dos familiares dos médicos que se encontram aqui. E o ganho de 30% desses médicos, ao ser dolarizado e comparado com o que os colegas cubanos lá ganham, é muito maior e muito superior.

Mas esse não é o problema. O problema é a desassistência de 28 milhões de brasileiros de 1.700 municípios, que não tinham, até então, a regularidade da presença de um médico. A estratégia de saúde da família foi uma das estratégias mais iluminadas, mais festejadas no mundo, cuja origem aconteceu em Cuba, com o processo de abraçar a promoção à saúde. E esses médicos fizeram um trabalho de solidariedade enorme. Inclusive, na sua grande maioria, estavam aqui, como aquele que veio prestar solidariedade, quase que voluntário, porque o Brasil não fez, até então, o seu dever de casa e não tinha médicos suficientes, que tivessem a leitura capaz de que uma parte da sua formação, aqueles que se formaram em universidades públicas tivessem uma oportunidade de centrar parte de sua vida laboral para poder dar uma resposta àqueles que menos têm, aqueles que nunca tiveram à sua disposição uma orientação para a promoção da saúde, onde as questões básicas, onde o não deixar adoecer é muito mais barato. E fica muito mais claro entre nós a partir dos

companheiros cubanos que aqui tiveram, num dos maiores programas que bateu de frente com a corporação poderosa da medicina aqui em nosso país.

Então, quero festejar a entrega dos companheiros cubanos em favor do nosso país. Então, era essa a motivação, Sr. Presidente, que nós queríamos fazer aqui, colocando claramente para vocês que este episódio marcará para sempre a história recente do nosso país.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Angelo, tem apenas, regimentalmente, um minuto e meio.

(Intervenção fora dos microfones.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente!

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 25 minutos. (Pausa) Deputado Adolfo Viana que está se despedindo.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Está cedo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Está indo para o Planalto.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu queria aproveitar para parabenizar V. Ex.^a, que fica tão bem nessa cadeira de presidente da Assembleia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Espero que 32 colegas pensem como V. Ex.^a.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Excelência.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Mas Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Excelência.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Um momento, Sr. Presidente. Meu deputado, eu posso lhe conceder um aparte. Eu já iniciei o meu pronunciamento.

O Sr. Targino Machado:- Só para protestar.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Mas eu...

O Sr. Targino Machado:- Só para protestar.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Um minuto, um minuto. V. Ex.^a, só quero pedir um minuto. Eu imagino o que passa na cabeça do deputado Targino Machado e por esse motivo eu, de logo, quero conceder um aparte ao nobre colega e amigo Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Eu quero fazer um protesto, deixar registrado nos Anais desta Casa que V. Ex.^a daqui nunca sairá, porque aqueles que amaram e foram muito amados jamais serão esquecidos.

Eu acho que o deputado Adolfo se esqueceu disso, não é? V. Ex.^a estará sempre presente no meio de nós pelas amizades, pelos laços que construiu e, notadamente, será a nossa fonte de inspiração sempre.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu agradeço e incorporo o aparte do amigo. E digo que vai chegar o momento em que eu usarei esta tribuna para me despedir dos colegas e desta Casa, mas ainda não é o momento de fazermos esse pronunciamento.

Mas a propósito, deputado Targino, o deputado Adolfo Menezes, que tão bem preside esta sessão, disse, ainda há pouco, que esperava poder ter 32 votos para ocupar a Presidência. Mas, pelo que leio nos jornais e nos blogs, dessa vez a eleição para presidente da Assembleia... Aquele que pretende ser eleito vai precisar apenas de 23 votos. Aquele que tiver 23 votos já está eleito, porque, pelo que ando lendo e ouvindo nos corredores da Assembleia, dizem por aí que os votos da Bancada de Oposição serão descartados ou descartáveis.

Eu penso diferente. Até porque, deputado Marcelo Nilo, V. Ex.^a, que tão bem disputou por cinco vezes essa presidência, o deputado que mais venceu eleições para presidente da Casa, sabe o quanto são importantes os votos da Oposição.

E eu aconselho aqueles que pretendem vencer as eleições para presidir esta Casa Legislativa a conversarem de maneira muito célere com a aguerrida Bancada de Oposição, porque eu penso que ela será, sim, protagonista na decisão das próximas eleições, mas pode ser que eu esteja enganado.

Mas, o que me traz, deputado Luciano Ribeiro, à tribuna desta Assembleia Legislativa é justamente para que possamos, aqui, continuarmos a cumprir com as nossas obrigações. Deputado Hildécio Meireles, deputado Pablo Barrozo, deputado Targino Machado, deputado Alan Sanches, deputado David Rios, deputados da nossa Bancada de Oposição, eu já comuniquei ao Líder e solicitei que ele solicitasse da Embasa esclarecimentos.

A Embasa fez, por dispensa de licitação, uma contratação na ordem de R\$ 31 milhões para uma determinada empresa. Sempre... E, ainda há pouco, o deputado Marcelo Nilo me dizia aqui que o presidente da Embasa é um homem muito sério, um homem respeitado, e eu aposto que ele deve ser, sim, um homem sério, um homem respeitado. Mas eu penso que é obrigação desta Casa, deputado Targino, cobrar e fiscalizar o Executivo. Portanto, cobrar alguns esclarecimentos. Foi uma dispensa de licitação na ordem de R\$ 31 milhões. Isso não me parece razoável. Não sei o que V. Ex.^{as} pensam dessa licitação, mas penso eu que o mínimo que esta Casa, ao tomar conhecimento disso, pode fazer, e tem a obrigação de fazer, é solicitar esclarecimentos do presidente da Embasa.

E eu peço ao deputado Luciano Ribeiro, que já se comprometeu comigo, na atribuição de Líder da Oposição, que solicite, através de um ofício encaminhado ao presidente da Embasa, os devidos esclarecimentos.

Imagino eu que o Ministério Público deve também avaliar e analisar essa situação, porque não é razoável uma dispensa de licitação...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V. Ex.^a está inscrito, meu Líder, deputado Luciano Ribeiro.

(...) na ordem de R\$31 milhões. Está aqui a cópia do *Diário Oficial* do dia 20 de novembro.

Então, eu peço ao Líder Luciano Ribeiro que encaminhe o mais rapidamente possível essa solicitação para que o presidente da Embasa possa prestar os devidos esclarecimentos a esta Casa Legislativa.

Ouçó com prazer e concedo um aparte ao Líder da Oposição, o nobre deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nobre deputado Adolfo Viana, como sempre, ao subir a esta tribuna V. Ex.^a sempre o faz de forma fecunda e defendendo os interesses da Bahia. Hoje, em especial, na primeira parte da sua fala, V. Ex.^a fala da eleição na ALBA e demonstra a intervenção velada do governador nesta Casa.

A prevalecer o que ouvimos e vemos na imprensa, estamos voltando a tempos que a ninguém é desejado. Um tempo em que a Casa, um poder independente e que deveria ser apenas harmônico, quer o governador que ela seja extremamente submissa, que se transforme naquilo que nós sempre combatemos aqui, que é transformar a Assembleia Legislativa em um anexo do Palácio de Ondina.

No entanto, essa vontade do governador não poderá ser acolhida pelo simples fato de que na composição da Mesa – e o governador esquece disso. Talvez lhe faltou o espírito democrático republicano – aqui é preciso que haja a proporcionalidade partidária. É isso que acontece em qualquer parlamento, e aqui também há de ser, independentemente da vontade do governador de que esta Casa... eu acredito que os deputados que aqui ficarão haverão de fazer valer a vontade dos membros desta Casa.

Com relação à questão do contrato da Embasa, é muito estranho, mas muito estranho, que, passadas as eleições, a Embasa faça um contrato sem licitação, dispensando qualquer processo licitatório para que de forma, ao que parece, emergencial os R\$31 milhões sejam por ela utilizados.

Portanto, atendendo à sua solicitação, deputado Adolfo Viana, a Oposição tomará as providências necessárias para o esclarecimento desse processo. Não queremos, aqui, fazer um pré-julgamento, mas apenas achar estranho. E a Oposição cumprirá o seu papel.

Muito obrigado, pelo aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu incorporo seu aparte e parabenizo V. Ex.^a.

E aproveito para fazer uma provocação, não apenas aos meus colegas da Bancada da Oposição, mas também aos deputados da Base do Governo, deputados que têm uma relação direta com o presidente da Embasa.

Aqui não estamos acusando, não estamos apontando o dedo, mas estamos cobrando esclarecimentos, porque eu acho que esse é, justamente, um dos papéis mais importantes dessa Casa Legislativa, a fiscalização. E se ao vermos uma dispensa de licitação na ordem de R\$31 milhões não tomarmos alguma providência com relação aos devidos esclarecimentos, acho que estaríamos, no mínimo, prevaricando.

E eu tenho certeza de que este Poder Legislativo não vai furtar-se de cumprir suas obrigações.

O Sr. Alan Sanches:- Um aparte, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Ouço com prazer esse grande deputado, esse grande amigo, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado Adolfo Viana, é um privilégio poder apartear o discurso de V. Ex.^a. Sentirei muita falta dos seus discursos calorosos, dos seus embates aqui junto conosco, contrários à Base do Governo.

Mas nós estávamos conversando hoje, pela manhã, com o deputado Luciano Ribeiro sobre pedir os esclarecimentos dessa dispensa de licitação ocorrida na Embasa, a dispensa licitatória que aconteceu, de 31 milhões. Mas isso já é praxe do governo do Estado.

Veja que o HGE II... Nós, inclusive, encaminhamos ao Ministério Público uma solicitação, que virou inquérito civil, justamente porque até hoje – veja que V. Ex.^a nem se lembra de quando foi inaugurado o HGE II – funciona sob contrato emergencial. Hoje, os relatos da imprensa dizem que a empresa que lá... Lá são duas empresas, o IGH e a Fundação José Silveira. Os funcionários estão há 2 meses sem receber os seus vencimentos. Veja o que acontece quando se faz esse tipo de contrato, dispensando os ritos normais.

E quando falamos de uma quantia dessa, substancial, são 31 milhões, vamos querer, sim, os esclarecimentos necessários. Tenho certeza de que a Oposição unida, aqui, jamais vai furtar-se a esses esclarecimentos para a população.

E com relação ao que V. Ex.^a chamou... o primeiro ponto aqui foi sobre a presidência, é um absurdo que um chefe de poder não consiga, falando claramente, manter-se à parte, pelo menos é o que chega aos nossos ouvidos. Claro que sempre tem que tentar participar desse momento, mas ele não consegue ficar à parte, respeitando a independência dos poderes. Ele quer nomear a presidência da Assembleia como se fosse uma secretaria que conduz. Ele não pode fazer isso, mas tenho certeza que os 44 deputados da Situação não vão atender a esse processo.

Eu lembro que aqui, no decorrer... Eu já participei de quatro eleições para presidente aqui, uma, duas, três, quatro eleições, e o próprio deputado Marcelo Nilo, um grande professor de todos nós, várias vezes sentava conosco, da Oposição, porque sabia como respeitar. A conversa era o respeito, era ele guardar o espaço da Oposição, não só a proporcionalidade na Mesa, mas também o espaço nas conversas, nos embates e não passar o rolo compressor, como parece que o governador está querendo fazer.

Então, eu acho que esta Casa começa a refletir muito. Eu acho que falta muito tempo para qualquer tomada de decisão, muita água ainda vai passar por baixo dessa ponte, e tenho certeza que o protagonismo, nós estaremos também fazendo esse protagonismo, a Oposição, aqui, na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte de V. Ex.^a.

E, naturalmente, precisamos cumprir nossas obrigações de fiscalizar e cobrar esclarecimentos ao presidente da Embasa, de maneira respeitosa. Eu acho que é mais do que nosso dever, é nossa obrigação. E eu tenho certeza de que a nossa Bancada da Oposição vai posicionar-se de maneira firme, cobrando os devidos esclarecimentos.

O Sr. Marcelo Nilo:- V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Ouço com prazer o deputado federal eleito, o ex-presidente desta Casa e amigo, deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Marcelo Nilo:- Deputado Adolfo Viana, primeiro, parabenizá-lo por sua eleição a deputado federal, que vai para Brasília defender os reais interesses do nosso povo.

Com relação à denúncia que V. Ex.^a fez – com equilíbrio, com respeito, diga-se de passagem – em relação à Embasa, eu quero dizer alto e em bom som que o presidente da Embasa, sem dúvida nenhuma, é um excelente técnico, um homem sério, que tem feito uma grande gestão à frente da empresa. Eu vou entrar em contato com o mesmo e até o fim desta sessão darei as informações sobre o porquê dessa dispensa de licitação.

Sei que essa empresa aí trabalha para a Embasa há mais de 30 anos, salvo engano. É uma empresa idônea, é uma empresa que presta grandes serviços à Bahia, já trabalhou, salvo engano, em todas as áreas de saneamento da Bahia. Agora, é óbvio que detalhe do porquê da dispensa de licitação somente depois do contato com o presidente da Embasa. Eu trarei ainda nesta sessão essas informações para V. Ex.^a.

E quero repetir que a maneira com que V. Ex.^a faz essa denúncia é sempre dando o direito ao presidente de se defender, e eu acho que, como parlamentar da Oposição, é seu dever e sua obrigação questionar. E pode ter certeza que a resposta virá até a conclusão desta sessão.

Obrigado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu quero agradecer ao deputado Marcelo Nilo e incorporar seu aparte, e dizer que, na realidade, presidente, eu só queria fazer uma correção ao aparte de V. Ex.^a. Na verdade, aqui nós não estamos fazendo uma denúncia, estamos apenas cobrando os devidos esclarecimentos.

E quando V. Ex.^a me encontrou, ainda há pouco, no cafezinho me disse que o presidente da Embasa é um homem sério, um homem preparado, trabalhador. E em nenhum momento isso foi colocado em questão da minha parte. Muito pelo contrário, o que eu quero é poder cumprir a minha obrigação, fazendo com que essa dispensa de licitação seja devidamente esclarecida, porque nos causa, no mínimo, estranheza. O que não quer dizer que... se o nosso presidente da Embasa vier com uma explicação que julgemos plausível, o assunto estará mais do que esquecido. Mas, enquanto isso não acontece, eu acho que esta Casa precisa cobrar os esclarecimentos.

Mas agora fiquei mais tranquilo, porque o deputado Marcelo Nilo já se comprometeu a trazer as devidas explicações até o final desta sessão. Então, eu tenho certeza de que as devidas explicações chegarão e nós ficaremos com as nossas consciências tranquilas, porque o que precisamos neste momento é, justamente, cumprir o nosso papel de fiscalizar.

E enquanto as...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- (...) devidas explicações não chegarem, nós ficaremos com a sensação de que estamos prestando um mau serviço ao nosso estado; porque esta é uma das principais atribuições desta Casa Legislativa: a fiscalização.

Então, vamos aguardar os devidos esclarecimentos, que o nosso deputado Marcelo Nilo já nos garantiu que chegarão até o fim desta sessão.

Por favor, com o aparte o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Adolfo Viana, eu quero, inicialmente, parabenizá-lo por sua responsabilidade de assumir o papel de fiscalizador dos atos do Poder Executivo, não só por ser legítimo, mas, sobretudo, por ser nossa obrigação. O que V. Ex.^a faz agora é o cumprimento de seu papel como parlamentar, como deputado estadual da Bahia, de cobrar do Poder Executivo os esclarecimentos devidos, e até denunciar quando assim bem entender.

Esse ato administrativo de dispensa de licitação nesse volume de recursos ao final de um exercício é, no mínimo, um ato duvidoso. E é nosso dever, de fato, fazer uma denúncia formal aos órgãos fiscalizadores.

Aliás, o governo da Bahia, ao longo desses quase 4 anos, vem procedendo de forma afrontosa às legislações financeira, orçamentária, tributária, a todo tipo de legislação, e os órgãos fiscalizadores simplesmente têm fechado os olhos para esses atos.

Com relação aos comentários que se ouvem através da imprensa sobre determinadas posições em relação à eleição da futura Mesa Diretora desta Casa, como o deputado Luciano Ribeiro, também não estarei aqui, mas, como ainda deputado, sinto-me no dever de opinar também, até porque é interferência do chefe de um outro poder no Poder Legislativo. Aliás, o que também já é corriqueiro aqui nesse período que passei por aqui.

Mas o que mais me chamou a atenção foi uma frase que a imprensa reputa ao governador da Bahia. Quando ele comentou sobre a eleição da Mesa da Assembleia Legislativa teria afirmado o seguinte: “Os deputados da Base do Governo têm que se unir para não dar espaço algum aos deputados da Oposição, nem no sentido de negociar cargos”. Isso é o que, de fato, mais chama a atenção, porque quando aqui ou acolá toma algum puxão de orelha do governo federal aí, sim, cai o temporal, é perseguição, é autoritarismo, é falta de republicanismo, é tudo. Só vale, só pode agir de forma ilegal quando é aqui, na Bahia, quando é no governo do PT.

Portanto, V. Ex.^a está de parabéns. Quero agradecer-lhe por este aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Hildécio, incorporo o seu aparte, e parabenizo V. Ex.^a não só pelo aparte, mas pela forma responsável com que conduz o seu mandato legislativo.

E aproveito este momento para até fazer uma provocação ao meu Líder, o deputado Luciano Ribeiro, e ao deputado José Neto: penso que nós poderíamos retardar um pouco o início das votações, porque existem projetos que precisam ser

apreciados nesta terça-feira, mas que nós pudéssemos aguardar, deputado Hildécio, os devidos esclarecimentos.

Eu confesso que estou angustiado! Angustiado, porque estamos falando de R\$31 milhões! Uma dispensa de licitação de R\$31 milhões! Eu nunca ouvi falar em uma dispensa num volume financeiro tão grande como esse. Mas estou tranquilo porque o deputado Marcelo Nilo nos tranquilizou, disse que a resposta chegaria até o final desta sessão.

Então, vamos aguardar o competente deputado Marcelo Nilo, ex-presidente desta Casa, que nos garantiu que os devidos esclarecimentos chegarão antes do final desta sessão.

Eu sugiro ao Líder Luciano e ao deputado Zé Neto que retardemos as votações para dar tempo desses devidos esclarecimentos chegarem até esta Casa. Eu acho que isso é importante e se faz necessário. E acho que, ao fazermos isso, estaremos cumprindo nossas obrigações.

E para finalizar, aproveito para fazer uma saudação especial ao meu amigo, deputado eleito, Laerte do Vando, que acaba de chegar para cumprir a próxima Legislatura. Já vejo que ele se encaixou muito bem na cadeira de deputado. E tenho certeza que vai representar muito bem a seus eleitores e ao povo da Bahia.

Aproveito também para saudar e parabenizar o deputado Pastor Tom, que tenho certeza que fará também uma grade mandato; o Capitão Alden também, parabéns pela eleição, seja bem-vindo a esta Casa Legislativa. Eu tenho certeza de que irá contribuir bastante.

E me despeço saudando o prefeito de Monte Santo, ex-deputado e grande amigo, prefeito Vando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K., Deputado.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelos aparteantes.)

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Excelência!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem o deputado Targino Machado.

A Sr.^a Fátima Nunes:- Deputado presidente, pela ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Se eu retirar a minha questão de ordem, que ainda não fiz, a deputada retira a dela? Aqui, é questão de ordem cautelar!

Mas, Sr. Presidente, a minha questão de ordem tem por objetivos um requerimento verbal e uma indagação, e para essa indagação, se precisar, e regimentalmente acho que é necessário, farei o requerimento por escrito.

É que esta Casa no início do ano passado, com um certo alarde, comprou vários tablets para uso dos deputados em Plenário, pelo menos uns 70 ou 80 tablets.

Eu nunca entendi a necessidade desses tablets serem retirados todos os dias e recolocados no lugar todo dia, como se nesta Casa esses tablets corressem o risco de serem furtados, surrupiados neste Plenário.

Mas a minha indagação hoje a V. Ex.^a que preside a sessão e que é membro da Mesa, se V. Ex.^a não puder dar a resposta sobre o quanto vou perguntar que leve essa indagação para a Mesa amanhã, é porque nos corredores da Casa estão dizendo que esses tablets foram objetos de adjudicação compulsória, de busca e apreensão, porque foram comprados e não pagos. Então, num momento tão difícil da vida pública, deputado Hildécio, precisamos dar satisfação à sociedade baiana, porque esse, já que foi comprado pela Assembleia, é um patrimônio público. Espero que, se não derem a resposta à minha indagação, eles possam reaparecer aqui amanhã.

E o outro requerimento que faço a V. Ex.^a é para a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K. Um minutinho só, deputada Fátima Nunes.

Em relação ao requerimento verbal de V. Ex.^a, amanhã discutiremos na Mesa Diretora. O presidente em exercício, nobre deputado Luiz Augusto, está sentado ao seu lado direito. Então, amanhã esse assunto será discutido na Mesa e traremos uma informação oficial para V. Ex.^a.

Pois não, deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Sr. Presidente, esta sessão de hoje é muito importante, e é necessária a presença de todos e todas as deputadas aqui, porque vamos votar um projeto muito importante que está sobrestando a pauta e que já por muitos dias tem vindo ao Plenário em debate. Já foi lido o relatório, foi pedido vista. Portanto, hoje é importante que tenhamos a presença de todos os deputados e deputadas aqui.

Essa é minha questão de ordem. Faço a solicitação a V. Ex.^a que zere o painel e faça uma chamada nominal, e marque o tempo regimental de 15 minutos para que todos os deputados e deputadas, que não estão tão distantes – até porque estou à frente da sala do cafezinho e como o vidro é transparente estou vendo muitos ali –, adentrem e possam marcar suas presenças aqui, no Plenário. Essa é a minha solicitação nessa questão de ordem para o momento.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputada.

Quinze minutos. Os deputados que desejarem a continuidade da sessão, por favor marquem suas presenças.

Quero aproveitar o tempo dos 15 minutos para abraçar o querido amigo Vando, grande prefeito de Monte Santo, que governa aquela cidade com mãos austeras. Parabéns também pela eleição do seu filho Laerte de Vando. Abraço também a presença do pastor Tom, Everton Carneiro e também o Capitão Alden. Novos

integrantes desta Casa e que, com certeza, vão tocar o barco muito bem a partir de 1º de fevereiro de 2019.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Comunicação Inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Nós estamos no horário dos 15 minutos e V. Ex.^a pode falar dentro dos 15 minutos. Marcou presença? Pode falar.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Marquei.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V. Ex.^a é líder?

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Sou vicer-líder, Sr. Presidente.

A nossa comunicação inadiável serve para comunicar a presença de uma exposição organizada pela bancada feminina, que tem na presidência da comissão a deputada Mirela, e na da bancada feminina a deputada Neusa Cadore, onde a gente marca a resistência, a luta, o enfrentamento da violência contra a mulher. Lá, nós temos a saudação a dois marcos legais que levaram à diminuição dos índices de violência, notadamente a Lei Maria da Penha e a lei que institui o feminicídio.

Infelizmente, apesar de ter todo esse regramento legal, nós ainda assistimos não só na Bahia, mas também no país, elevados índices de violência doméstica, muitos deles levando ao feminicídio. Nos dias de ativismo, que começam agora no mês de novembro, temos sempre que lembrar não só as mulheres, mas também aos homens que essa luta é de todos nós. O enfrentamento à violência, a luta em defesa dos direitos das mulheres, a luta por um mundo de igualdade, de solidariedade entre os gêneros, onde a mulher tem os mesmos direitos a sua autonomia, a sua independência econômica, a um mundo de paz, essa é uma luta civilizatória.

Nós não podemos assistir a Bahia ser o terceiro estado em vítimas de violência contra a mulher. Temos grandes progressos nas pautas, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a criação dos Conselhos Municipais e Estadual e o Ministério, que era uma secretaria, mas infelizmente perdeu o seu caráter de ministério, colaboraram sem dúvida alguma para o empoderamento das mulheres.

Mas, deputado Carlos Geilson, V. Ex.^a que preside esta sessão e que é um homem feminista, um homem atento também à solidariedade que deve haver entre seres humanos, tenho certeza que também concorda que essa deve ser uma bandeira prioritária de todos os deputados desta casa, independente de gênero.

Essa não é uma bandeira exclusiva das deputadas, das mulheres desta casa. Ontem, nesta semana mesmo, assistimos uma mulher ser assassinada por seu marido, no município de Itaparica, um feminicídio, mesmo essa mulher estando, deputado Adolfo Viana, com uma medida protetiva. Aliás, um dos grandes projetos do governo do Estado, que é a Ronda Maria da Penha, projeto este premiado no país inteiro, dirigida pela major Denice a quem saúdo.

A Ronda Maria da Penha cria uma companhia que protege mulheres que já foram vítimas de violência e que já têm uma medida protetiva da justiça para impedir que seus algozes, seus agressores voltem a agredi-las ou até mesmo cometerem feminicídio.

Mas lamentavelmente mesmo estando em medida restritiva, tivemos a perda de mais uma vida no município de Itaparica, em Barrocas e lá a prefeita Marlylda, que recentemente recebeu em função de emenda do nosso mandato uma Ronda Maria da Penha, exatamente para tentar equacionar, reduzir esse problema com essas medidas restritivas e outras tantas medidas feitas pelas associações de proteção às mulheres como as Novas Filipas, a Maria Filipa, infelizmente a gente assiste ainda o feminicídio em nosso estado.

Então, quero conclamar a todos os deputados desta Casa e os novos deputados que ora nos visitam, inclusive, uma nova deputada que está aqui conosco, que se incorporem a essa luta de enfrentamento à violência contra a mulher.

E nesses 16 dias de ativismo, que nós possamos, cada um, poder votar projetos, poder fazer parte de audiências de sessões especiais, que visibilizem o tema, não só na Assembleia Legislativa, como, também, no Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, que tem sido uma grande parceira, todos os movimentos sociais em defesa das mulheres.

E quero aproveitar a deputada Neusa Cadore aqui entrando, parabenizá-la, mais uma vez, pela iniciativa dessa exposição que trata da história das Leis Maria da Penha e do Feminicídio, e também dos índices do mapa da violência.

Queria aproveitar e chamar todos os deputados e deputadas de nossa bancada, há um pedido de verificação de quórum para que nós continuemos esta sessão e possamos votar o Projeto de Lei nº 22.918/2018, que se encontra nesta Casa sobrestando a pauta, bem como outros projetos como a elevação da entrância do município de Mundo Novo, a entrância intermediária, projeto esse de interesse desse município, do povo do município de Mundo Novo, que tem aqui grandes representantes, advogados que se encontram nas Galerias, exatamente mobilizados para a partir da votação do Projeto de Lei nº 22.918, que está sobrestando a pauta possam, também, ter esse presente para o povo mundonovense, que há quase um ano clama pela elevação da entrância, projeto esse encaminhado pelo Tribunal de Justiça do nosso estado.

Mas, Sr. Presidente, aproveitando este tempo que nos resta, mais uma vez chamar os deputados e deputadas que se encontram no cafezinho, nos seus gabinetes, nas galerias, no Salão Nobre para registrar presença, porque há um pedido de verificação de quórum em curso e nós estamos aguardando V. Ex^{as} para se fazerem presentes a fim de podermos dar continuidade a esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Há um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão. Até agora 16 Srs. Deputados e Deputadas deram presença.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pois não deputado José Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados que se encontram na Casa, por favor, nós estamos no processo de averiguação de quórum para manutenção da presente sessão e ainda temos 16 deputados aqui e 5 minutos ainda restam, 5

minutos para que V. Ex.^{as}, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, possam adentrar aqui o Plenário.

Portanto, nós temos quatro projetos, hoje, possíveis de serem votados e que dizem respeito a interesses diversos do nosso estado, inclusive quero, aqui, de antemão, já, agradecer e elogiar a atitude madura da Oposição com relação ao projeto que estabelece a manutenção do Planserv para os trabalhadores que foram demitidos da Ebal. Essa atitude foi, diria, uma atitude grandiosa da Oposição, que assina a dispensa de formalidades para que esse projeto possa ser apreciado.

Portanto, peço a V. Ex.^{as}, temos ainda 5 minutos, e já temos 16 presentes, para que possam chegar aqui no Plenário e dar frequência e darmos continuidade a presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputados e deputadas que queiram a continuidade da sessão, por favor, marquem as suas presenças.

Deputado Pablo Barrozo, marcar presença, deputado Hildécio Meireles, deputado Adolfo Viana, marquem as suas presenças para continuidade da sessão. Até agora, senhores 18 deputados e deputadas marcaram presença.

(Continuação da chamada)

Deputado Targino Machado, marcar presença, V. Ex.^a pediu a verificação de quórum.

O Sr. Targino Machado:- Pode marcar.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Mas marque sua presença.

O Sr. Targino Machado:- Já tem 20. Pode marcar.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Então, pronto, 21 Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra, o Líder da Maioria ou do representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa)

Não há orador?

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Falará pelo tempo de 10 minutos o deputado Angelo Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pelo tempo de 10 minutos falará...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Não, como Angelo Almeida não está, falará o deputado Rosemberg Pinto pelos 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Então, o deputado Rosemberg Pinto falará pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, jornalistas, servidores, servidoras, visitantes, Sr. Presidente, primeiro dizer que hoje é um dia extremamente importante para a reconstrução da identidade brasileira, especialmente da identidade baiana. Comemora-se hoje o Dia da Consciência Negra, extremamente importante para que a gente possa diminuir e tentar zerar um processo

de discriminação que há, ainda, muito enraizado no Brasil e no mundo, com relação às raças que compõem o mundo.

Aqui no Brasil, no passado, a história da identidade brasileira, ela sempre foi contada apenas pelo viés europeu. Foi assim que aprendi nos livros na minha adolescência, nas diversas escolas, inclusive nas escolas públicas, onde todos os exemplos positivos eram sempre colocados para a comunidade europeia e em contrapartida os exemplos negativos eram sempre colocados para a comunidade indígena, nativa deste país e para a comunidade africana.

E, hoje, o Dia da Consciência Negra, é um dia de grandes manifestações no Brasil inteiro para que a sociedade possa entender a importância dessa formação racial que tem o Brasil e a importância da comunidade africana na formação social e na formação econômica deste país.

Por isso, quero aqui parabenizar as diversas organizações que se manifestam neste dia e, aqui, em Salvador a Caminhada da Liberdade, a caminhada coordenada pelo Conen, as diversas manifestações na Bahia inteira, no interior do estado, que além de colocar a importância da comunidade negra, cobra reparação do ponto de vista da forma como essa comunidade foi tratada durante muitos séculos.

Por isso eu quero aqui deixar, também, uma solicitação para que seja olhado por todos nós, com um carinho especial, a possibilidade de criar a infraestrutura necessária para que essas manifestações continuem acontecendo, e que elas possam acontecer de forma mais consolidada na sociedade baiana.

Queria também aqui, deputado Luciano, dizer que V. Ex.^a está correta quando diz que esta Casa tem que representar, como diz o seu Regimento, de uma forma, às vezes, um pouco contraditória, as diversas representações. Aqui nós não podemos formar uma Mesa Diretora desta Casa sem que a proporcionalidade seja garantida. Eu sei o que é isso, porque nós do Partido dos Trabalhadores sofremos isso. Inclusive neste biênio, quando ficamos fora, porque nós não respeitamos o Regimento da Casa para garantir a proporcionalidade e a participação do Partido dos Trabalhadores na Mesa Diretora da Casa.

Mas, não é por isso que nós, do Partido dos Trabalhadores não entendemos que é fundamental que a pluralidade seja respeitada, a proporcionalidade seja respeitada e nós não vamos abrir mão de que tenha na Casa as diversas representações com os tamanhos que a sociedade garantiu na Casa Legislativa do estado da Bahia. E não é a vontade nem nossa, nem do governador, que seja excluída a participação das diversas representações na Mesa da Casa.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA :- Com o aparte o deputado Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Queria parabenizar V. Ex.^a pela colocação, que me deixa mais tranquilo, porque, como, aqui disse na minha intervenção, o que eu soube foi pela imprensa falada e escrita. E fico feliz que V. Ex.^a traga a conversa do governador, de que não irá interferir principalmente na observância da proporcionalidade das representações partidárias. Muito obrigado pelo aparte, deputado Rosemberg.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- Então, eu quero dizer aqui, deputado Luciano, às vezes, sou mal interpretado por alguns segmentos da imprensa, porque eu sou um cara muito positivo e não gosto que utilizem minhas declarações como fofoca. Entendo que a comunicação tem que ser feita respeitando a opinião de cada um, mas dentro de uma concepção de veracidade, porque senão vira informação da picuinha. Ontem, eu disse para uma jornalista, tenha cuidado, porque a sua fonte pode estar levando você a cometer um erro.

Então, em função dessas informações desencontradas, e aqui eu que sou da área da comunicação, sou oriundo da área da comunicação e defendo que a gente tem que ter imprensa livre, que a gente tem que ter uma imprensa que represente a posição das ideias, mas a gente precisa superar esse debate pequeno apenas de criar intrigas entre as partes.

Nós precisamos ter uma leitura da importância da política, e talvez seja por isso que a política tem estado muito rebaixada, e nós somos parte desse rebaixamento, porque nos submetemos a determinadas posições e, às vezes, levamos determinados profissionais ao erro, dando informações desencontradas na sua realidade, mas cabe também ao profissional avaliar corretamente, para que ele não cometa erro e depois ele mesmo tenha que ser punido por um erro que, às vezes, não é dele.

Por isso, eu quero, mais uma vez aqui, reafirmar que este é um momento singular. Parabenizar aqui meu querido amigo Vando, que hoje se faz presente. Iniciou nesta Casa, tivemos diversas posições diferenciadas aqui, mas num respeito magnânimo. Parabéns a você, parabéns ao seu filho que se tornou deputado estadual

e que terá de nós o mesmo tratamento respeitoso que você sempre teve aqui nesta Casa Legislativa.

E dizer, deputado Adolfo Viana, que aqui levantou posições... Nós realmente precisamos, V. Ex.^a que vai para o Congresso Nacional... quero pedir a V. Ex.^a que entre nesse debate que está acontecendo no Senado com relação a aplicação da Lei da Ficha Limpa. Porque eu quero aqui dizer a minha posição: nós não podemos admitir que o Judiciário interfira da forma que interferiu retroagindo a lei para perseguir pessoas antes da sua implementação, e só persegue os políticos, independente da coloração partidária. E aqui não quero ser conivente com os erros de ninguém, mas quero chamar a atenção dos deputados federais, deputado Marcelo Nilo, que nós precisamos fazer uma bancada no Congresso Federal que se respeite, que apresente posições concretas, nós não podemos abrir mão de fazer a legislação e deixar nas mãos do Judiciário. São os deputados que têm que fazer a sua ação legislativa neste país.

Por isso quero aqui dizer a cada um desses deputados: deputado Adolfo Viana, deputado Leur Lomanto, deputado Marcelo Nilo que se elegeram deputados, deputado Joseildo Ramos, que eu tenho convicção que também assumirá essa posição na Casa Legislativa Federal, nós precisamos fazer com que aquela Casa volte a ser uma Casa que seja respeitada, respeitando obviamente o papel dos diversos Poderes, mas que seja ela que cumpra o papel de legislar no Brasil.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado Rosemberg Pinto.
(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou ao Líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Deputado presidente, fará uso da palavra o deputado Marcelo Nilo

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Marcelo Nilo com a palavra pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. MARCELO NILO:- Obrigado, 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Os outros 5 minutos, deputado, V. Ex.^a abre mão?

O Sr. MARCELO NILO:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Abriu mão. Então apenas 5 minutos.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu querido amigo e grande parlamentar que vai representar a Bahia no Congresso Nacional deputado Adolfo Viana, aqui desta tribuna, fez alguns questionamentos com relação à dispensa de licitação feita pela Empresa Baiana de Água e Saneamento, a nossa Embasa.

Conversei com o presidente da Embasa, o técnico Rogério Cedraz, que nos informou que, na realidade, foi feita uma licitação e ganhou a empresa com o nome, salvo engano, Porto Fino. Começou a trabalhar e a empresa reconheceu, ou a Embasa achou que ela não estava cumprindo com o contrato, que as reclamações estavam aumentando, e foi feito um distrato, ou seja, foi feita uma suspensão do contrato amigavelmente, diga-se de passagem. Pelas normas da licitação, a empresa pode colocar o segundo colocado desde que o mesmo aceite o preço do primeiro. E isso é o que foi feito: a empresa que ficou em segundo lugar na licitação assumiu o serviço, repito, com o preço da antiga vencedora.

Portanto, ela participou da licitação, obteve o segundo lugar e aceitou o preço da vencedora. São essas as informações que tenho da presidência da Embasa, mas, juridicamente, ela é obrigada a fazer o contrato como dispensa de licitação porque a licitação já estava encerrada. A tradição e as normas de engenharia sugerem que se coloque o segundo colocado com o preço da primeira porque, se fosse feita nova licitação, com certeza, seria um preço superior ao feito pelo segundo colocado, que, no caso, salvo engano, foi a empresa Souza Leão. Essa é a explicação que eu achei justa, pertinente, correta do presidente da Embasa: a de que na realidade não foi uma dispensa de licitação, foi uma licitação em que o segundo colocado assumiu com o preço da primeira.

O Sr. Adolfo Viana:- V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELO NILO:- Com o aparte V. Ex.^a, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado, se V. Ex.^a me permitir, eu também gostaria de dividir esse aparte com o deputado Hildécio, que me pede, mas gostaria só de fazer

um questionamento, e agradeço a V. Ex.^a pela celeridade com que trouxe os esclarecimentos.

Mas, pelo que eu entendo, essa dispensa de licitação – está aqui no Diário Oficial, por 450 dias – é para uma empresa que não venceu a licitação, ela ficou em segundo lugar. Então, no meu entendimento, se esse serviço não pudesse ficar parado, que ela naturalmente fizesse uma dispensa de licitação até uma nova licitação ir para a rua, para que as empresas pudessem concorrer e até abaixar o preço. Quer dizer, é o meu entendimento, não quer dizer que eu esteja correto.

Agradeço a V. Ex.^a, mas o que me causa estranheza é uma dispensa de licitação por 450 dias. Esse é o meu questionamento, e agradeço de logo a V. Ex.^a, vou me inteirar ainda mais para saber se realmente atende.

O Sr. MARCELO NILO:- Pois não, deputado. Olha, na realidade... Eu agradeço o aparte de V. Ex.^a. Na realidade, é o seguinte: não houve dispensa de licitação. A Embasa...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELO NILO:- Eu darei o aparte com o maior prazer.

(...) Não houve dispensa de licitação. É que V. Ex.^a é advogado, não é isso? É administrador? É técnico? Gestão Pública. Na realidade, é o seguinte: quando você faz uma licitação, vence o primeiro colocado. Se o primeiro, por qualquer motivo, não quiser... por qualquer motivo, não quiser ou não puder, você convoca o segundo, desde que o mesmo aceite os preços do primeiro. Se fosse... E o prazo é de 450 dias porque estava estipulado no edital, estava no edital. O que V. Ex.^a talvez...

O Sr. Adolfo Viana:- Só uma dúvida... É porque, veja: aqui nós temos no Diário Oficial muito claramente o resumo do extrato do contrato: passou a ser uma dispensa de licitação. Está no *Diário Oficial*.

O Sr. MARCELO NILO:- (...) Deputado, talvez eu não esteja sabendo explicar a V. Ex.^a... Eu vou usar os outros 5 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Eu vou fazer a concessão...

O Sr. MARCELO NILO:- Faça essa concessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- (...) Eu vou fazer.

O Sr. MARCELO NILO:- Eu estou me despedindo desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Depois daquele elogio de ontem. (Risos)

O Sr. MARCELO NILO:- É para apenas explicar aos deputados. Na realidade, é o seguinte...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Mais 5 minutos.

O Sr. MARCELO NILO:- Pois não...

O Sr. Hildécio Meireles:- O senhor me dá um aparte, deputado?

O Sr. MARCELO NILO:- (...) Talvez V. Ex.^a não tenha entendido...

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado, V. Ex.^a me dá um aparte?

O Sr. MARCELO NILO:- Darei, darei com o maior prazer!

(...) Talvez V. Ex.^a não tenha entendido porque não houve a dispensa. Foi convocada a segunda empresa, que aceitou o preço da primeira...

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Excelência!

O Sr. MARCELO NILO:- (...) e o prazo de 450 dias...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente.

O Sr. MARCELO NILO:- Pois não.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, esses 5 minutos que foram concedidos são de que tempo?

O Sr. MARCELO NILO:- Pelo tempo do governo, o PP.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- PP, PP!

O Sr. MARCELO NILO:- (...) Então, veja bem, deputado, se você convocasse uma nova licitação, com certeza seria um prejuízo para a empresa porque os preços seriam maiores, porque já tinha sido demandado um certo tempo, juridicamente foi perfeito, em termos de economia também foi perfeito...

O Sr. Adolfo Viana:- Juridicamente estamos com dúvidas.

O Sr. MARCELO NILO:- (...) Não! Tudo bem! V. Ex.^a ainda pode ter dúvidas. Agora, juridicamente está perfeito porque a empresa tem o poder de convocar o segundo colocado, desde que aceite o preço da primeira. É uma coisa juridicamente correta, moralmente correta porque ela não está dispensando a licitação e botando qualquer empresa, ela está colocando a empresa que ficou em segundo lugar.

Com o aparte V. Ex.^a, o deputado Hildécio Meireles!

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Marcelo Nilo...

O Sr. MARCELO NILO:- Pois não.

O Sr. Hildécio Meireles:- (...) Permita-me, é... Parece-me que o presidente da Embasa deve ter cometido um engano. Aqui está, no Diário Oficial do Estado, publicado o resumo do extrato do contrato com o seu número dizendo que houve uma dispensa de licitação. Não existe outra coisa, a Lei 8.666, de 1993, que trata de licitações e contratos, ela já permite que nesses casos seja convocado o segundo colocado, contanto que pratique os preços do primeiro, sem precisar falar em dispensa de licitação, porque não é. Eu acho que houve um engano nessa informação originária da Embasa para V. Ex.^a. Portanto, nós mantemos aqui a nossa presunção de que houve, de fato, uma dispensa de licitação.

O Sr. MARCELO NILO:- Deputado, eu até concordo em parte com V. Ex.^a, mas, juridicamente, ela é feita quando o segundo assume. Quando a obra foi iniciada, quando a obra foi iniciada... A obra foi iniciada, certo? A empresa que ganhou o primeiro lugar chegou com um certo, um certo... por qualquer motivo, disse que não queria continuar o contrato. Você tem duas – duas – maneiras de fazer: primeiro, convocar o segundo colocado, mas só que o contrato já estava em andamento, você não pode utilizar a palavra “chamar o segundo” porque, na realidade, você tem que ter uma dispensa para chamar o segundo. Moralmente é possível; em termos de economia, é importante; e legalmente é aprovado pelas normas de licitação. Não foi

feita ilegalidade, não foi feita imoralidade, talvez V. Ex.^a tenha até razão nos termos em que está colocado no resumo, como uma dispensa, que na realidade não foi.

Agora, o que V. Ex.^a tem de ter, e eu vou pedir ao presidente da Embasa que o envie, é uma cópia da licitação, do resultado, para V. Ex.^a conferir se o segundo aceitou o preço do primeiro. É isso que talvez V. Ex.^a... Nesse caso, V. Ex.^a tem razão, eu acho que a Embasa tem obrigação de passar a licitação, o resumo dos preços, para os deputados que queiram, porque o segundo aceitou o preço do primeiro, mas você só poderia utilizar o termo “dispensa”, vez que o contrato já estava em andamento. Não foi o início de uma obra, já foi uma obra em andamento.

Então a lei permite que, quando a obra estiver em andamento e, por qualquer motivo, o primeiro colocado não cumprir o contrato, se convoque o segundo, desde que aceite os preços do primeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. MARCELO NILO:- Com o aparte V. Ex.^a, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Marcelo, é só para continuar o esclarecimento. Eu entendi o que V. Ex.^a quis expor, mas o Diário Oficial não corresponde às suas ideias, ao seu argumento.

A dúvida da Oposição é essa: o Diário Oficial diz uma coisa; e V. Ex.^a explica outra. A Oposição não está aqui fazendo pré-julgamentos nem, de chofre, dizendo que houve má-fé. O que nós queremos, como é nossa função, é que o que V. Ex.^a diz esteja contido no Diário; ou o que o Diário diz seja o que V. Ex.^a diz.

Muito obrigado.

O Sr. MARCELO NILO:- Não! Concordo com V. Ex.^a. Eu vou pedir ao presidente da Embasa que envie para V. Ex.^a a própria licitação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V. Ex.^a.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado Marcelo Nilo. Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, o deputado Hildécio Meireles falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Por todo o tempo, 12 minutos, falará o nobre deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, senhoras e senhores que nos ouvem nesta tarde, eu tenho visto aqui, presidente, alguns deputados da Base do Governo virem a esta tribuna, de uma forma precipitada, fazer críticas a um governo que nem se instalou ainda, que é o caso do presidente da República eleito, o ex-capitão Jair Messias Bolsonaro, que ainda assumirá o governo em 1º de janeiro de 2019. No entanto, os deputados,

acentuadamente os deputados do Partido dos Trabalhadores, têm vindo a esta tribuna para fazer críticas a esse governo que não se instalou.

Ultimamente, deputado Adolfo, os deputados têm trazido como bandeira aqui, para esta tribuna, a questão do programa Mais Médicos, que é a utilização da mão de obra de médicos cubanos no Brasil. No meu entender, o que nós estamos presenciando com esse programa é a prática do trabalho escravo, a prática da manutenção de um sistema ditatorial de governo, que é o governo de Cuba, como todos nós sabemos.

Os termos do contrato desses médicos: primeiro, eles são proibidos de trazerem seus familiares ao Brasil; segundo, do valor da bolsa, da chamada “bolsa” que eles recebem, ficam apenas com cerca de 25%; os 75% são exatamente para o governo cubano, o que dá um valor, meu nobre deputado Adolfo, de aproximadamente US\$ 332 milhões por ano para o governo cubano...

Numa cidade do interior aqui da Bahia, tem uma médica cubana, boa profissional, por sinal, que deixou em seu país uma filha de apenas 2 anos de idade, deputado Pablo, para vir se sujeitar a receber 25% do todo que lhe cabia nesse contrato de assistência médica. Quer dizer, o governo da ex-presidente Dilma Rousseff quis resolver o problema do Brasil com o sacrifício dos outros. Onde é que estão os direitos humanos tão propalados aqui nesta Casa, se a prática afronta os direitos humanos? Uma pessoa largar uma criança de 2 anos de idade para vir ganhar a vida no Brasil apenas porque o governo não teve a capacidade de resolver um problema grave e sério com seus próprios médicos, com seus próprios compatriotas...

Com o aparte o deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Hildécio, só a título de curiosidade, quando V. Ex.^a se refere a 25% do salário pago aos profissionais de saúde que vêm de Cuba, quando V. Ex.^a diz que eles só ficam com 25% do valor pago pelo Brasil, 25% representa quanto em reais? Pergunto para que a gente possa avaliar se é possível que um médico aqui no Brasil ganhe esse valor, só isso para que a gente possa fazer a devida comparação.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Deputado, o valor da bolsa, como eles chamam, é de 11 mil e 865 reais por médico, para cada médico. Cada médico cubano só recebe algo em torno de R\$ 3 mil reais, o restante fica para o governo cubano. Imagine V. Ex.^a trabalhando, e do todo que você tem direito, você fica com 30%, e 70% é do governo. É essa a grande realidade.

Mas, enquanto isso, eu quis chamar a atenção, deputado, para essa situação, porque, enquanto os deputados da Base do Governo vêm a esta tribuna tratar de assuntos relativos ao governo federal, aliás de um governo que ainda vai se instalar, aqui na Bahia tudo continua como dantes no Quartel de Abrantes, tudo continua como dantes. Aliás, o prefeito ACM Neto fez a referência, um outro dia, de que o povo brasileiro teria dado um cheque em branco ao presidente eleito, Jair Bolsonaro. O povo da Bahia deu um talão de cheque inteiro em branco para o governador Rui Costa. Porque em um estado em que um governador se reeleger com 75% dos votos

válidos, supõe-se, meu caro deputado Jurandy Oliveira, que está tudo às mil maravilhas, só pode.

Mas ainda no sábado passado, eu retornando de viagem do interior, de um feriado longo, vim a usar o Sistema Ferry Boat porque tinha uma agenda a ser cumprida aqui no sábado à noite, e também para fugir do grande fluxo do domingo, já que se encerrava o feriado, meu caro deputado Joseildo. Com horário marcado, quando cheguei mais ou menos em frente àquele mercado que há na ilha, ali na entrada do povoado, o distrito de Gameleira, já existiam duas filas! Às 15h30 do sábado, duas filas. E eu fiquei assustado porque estava com horário marcado, automaticamente peguei a fila de fora. E demora, demora, demora, eu fui ao guichê, quando cheguei ao guichê só haviam dois guichês operando, dois. O pátio vazio, e a estrada já engarrafada. Eu perguntei ao funcionário o que era que estava havendo, e ele disse simplesmente que a empresa, para economizar... mesmo você pagando mais caro aos sábados, domingos e feriados, a empresa se achou no direito de economizar e só colocou dois guichês para funcionar. Resultado: eu perdi o meu horário de passagem. Do horário marcado, que era 16h, só consegui atravessar às 17h. Ninguém! Não havia ninguém para que a gente pudesse se queixar. Ninguém!

Aí eu pergunto onde é que está a fiscalização da Agerba, onde é que está a Secretaria de Infraestrutura, onde é que está a consciência do povo da Bahia.

A Bahia, meu caro deputado Joseildo, tem o pior índice de desenvolvimento da educação do país. O pior! A educação básica da Bahia é a pior do Brasil. A Bahia tem, se não me engano, o terceiro pior índice de desenvolvimento humano. A Bahia é o estado do Nordeste que empobreceu mais rapidamente nesses últimos 4 anos, dobrou-se o nível de miséria absoluta no estado da Bahia de 2014 a 2017. Se não me engano, saltou de 4,8% para 9,5%. É essa a Bahia que deu 75% dos votos válidos a esse governo.

E eu fico me perguntando: será que eu estou errado? Será que eu estou errado? Porque em um estado em que o governo se reelege com essa votação estupenda... de fato, nós temos que admitir que este estado vive em um mar de rosas ou, então, meu caro deputado Robinho, é o estado da propaganda do governo. A propaganda do governo é tão bem-feita, é tão bem-feita, que aqueles baianos e baianas que estavam na fila do Ferry Boat, que perderam os seus horários, não têm nem noção de que a responsabilidade daquele sistema é do governo do estado.

E assim, meu caro deputado Pablo, no sistema de saúde, se um pobre coitado no interior do estado, sobretudo, no interior, procurar um atendimento médico, procurar um hospital para ter um atendimento emergencial, e não tiver atendimento, na cabeça dele não é responsabilidade do governo.

É assim também na educação, são várias e várias escolas do segundo grau fechadas no interior da Bahia. Foi fechada agora, há pouco tempo, no município de Wagner, uma escola tradicional, uma escola centenária; foi assim no município de Feira de Santana, mais de cinco escolas fechadas; e tem sido assim na Bahia, a Bahia da propaganda do governo, a Bahia que permite reeleger um governo com toda essa ineficiência com 75% dos votos válidos.

Portanto, eu só posso imaginar que o povo da Bahia não deu somente um cheque em branco, deu um talão completo. E o governo, depois de reeleito, preanuncia, preanuncia a catástrofe financeira e orçamentária deste governo.

Meu caro deputado Targino, V. Ex.^a vai ter a oportunidade de, nesses próximos 4 anos, estar aqui combatendo de forma firme a ineficiência continuada desse governo. Não tem mais como maquiar as suas contas financeiras e orçamentárias. O governador já tratou de fazer uma reunião para remodelar a sua gestão próxima, vindoura.

Talvez os deputados da Base do Governo cheguem aqui nesta tribuna para dizer que são contra, por exemplo, à privatização da Embasa. Talvez. Mas talvez, deputado Zó, seja a tábua de salvação das finanças desse governo nos próximos 4 anos. E eu, como funcionário público aposentado que sou, vou colocar os meus joelhos no chão, pedindo a Deus que não permita que em pouco tempo o governo da Bahia perca a capacidade de pagar em dia as contas do seu funcionalismo.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado Hildécio.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 12 minutos o deputado Angelo Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pelo tempo de 12 minutos o nobre deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, todos presentes nesta sessão, um abraço ao meu querido amigo Pablo Barrozo, saudar o companheiro Tom, atual vereador, já, já será diplomado deputado estadual, meu conterrâneo, feirense da Rua Nova, fomos colegas na Câmara Municipal de Feira de Santana. Quero aqui, Tom, publicamente parabenizá-lo e desejá-lo muito sucesso aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, antes de entrar em outro assunto, eu quero aqui fazer também uma saudação ao 20 de Novembro, o Dia da Consciência Negra. Mas, para muito além de ser um dia de se festejar, seguramente que é um dia muito importante para a valorização daqueles, todos aqueles e todas que lutam, que se mantêm em luta na defesa da igualdade racial, contra preconceitos, combatendo diariamente, sobretudo, a criminalidade, a mortalidade de jovens negros nas periferias do nosso estado, do nosso país. Isso é uma realidade cruel.

Nós percebemos que temos hoje um movimento social que a cada dia vem se aprofundando, sobretudo com relação às injustiças cometidas. Quando os avanços são conquistados, e quando percebemos setores da sociedade e da política criminalizarem jovens negros, sobretudo combatendo as cotas nas universidades públicas do nosso estado e do nosso país, porque essa é uma realidade que existe, esse combate a essa

realidade nova, que mudou e vem mudando paradigmas, e o perfil socioeconômico daqueles que tem assento em universidades públicas do estado da Bahia e, também, do Brasil.

Nos assusta o que vem pela frente. Ao mesmo tempo, nos encoraja. Um dia como este, que simbolicamente vem reforçar lutas de pessoas que se abraçam com uma causa tão nobre, que é a igualdade racial. Portanto, Sr. Presidente, quero saudar o dia 20 de novembro, em nome de todos esses atores, pessoas que fazem o movimento social, que dentro da política fazem a defesa da igualdade.

Mas, Sr. Presidente, o deputado Hildécio veio aqui e fez um cenário, do governo da Bahia, do que foi e do que será... projeta o que será o governo de Rui Costa. É óbvio que é o papel que a oposição tem a cumprir, deputado Joseildo. Mas, enquanto isso, as pessoas estão elogiando o governador Rui Costa por onde quer que ele ande. As pessoas estão querendo, inclusive, saber a receita; políticos de outros estados estão querendo saber qual foi o modelo de gestão adotado pelo governador Rui Costa, pois o povo da Bahia lhe conferiu quase 76% dos votos nessa eleição de 2018.

Temos a certeza de que não faltou cuidado com o dinheiro público; temos a certeza de que não faltou planejamento estratégico, embora todos nós saibamos que uma crise econômica imposta a este país, a partir de 2015, quando – volto a repetir desta tribuna, já fiz esse pronunciamento lá atrás, e volto a fazer hoje – os derrotados da época não aceitaram o resultado democrático das urnas e, simplesmente, boicotaram o governo, boicotaram a economia do país. De lá para cá, o que nós temos, por exemplo, a partir do golpe efetuado em 2016, foi uma grande corrida, deputado Hildécio, uma grande corrida de servidores públicos buscando aposentadoria, porque, há cerca de 2 anos e meio, não se fala em outra coisa a não ser a eminência da reforma previdenciária.

Então, é bom que a população da Bahia saiba que só no ano passado foi quebrado o record: 23 mil servidores públicos correram para buscar a sua aposentadoria. Isso gerou um *déficit* fiscal da ordem de 4 bilhões e 50 milhões de reais, que o estado terá de arcar. Quando o governador anuncia medidas que serão duras e amargas, ele está anunciando... ciente da sua responsabilidade e convencido de que o povo da Bahia, que lhe confiou 76% dos votos, entregou-lhe, sim, entregou-lhe uma carta branca para ele continuar assumindo com responsabilidade os destinos da Bahia.

A Bahia de outrora – quando se fala aqui de *Ferry Boat* –, nós sabemos aqui qual era, deputado Joseildo. Os deputados davam carteiradas para atravessar o *ferryboat*. Isso acabou na Bahia. A Bahia de outrora era uma Bahia onde os espaços eram reservados até em hospitais públicos, na qual as salas e os apartamentos bonitos ficavam para os ricos e para os deputados. Essa era a Bahia de outrora. A de hoje, não! A de hoje é diferente, tem um governador do estado, o governador Rui Costa, que é homenageado e celebrado no Brasil inteiro, como o governador que manteve as rédeas e manteve o estado no rumo saudável.

Se nós temos hoje dificuldades no déficit fiscal, se nós temos uma ameaça de questões financeiras com a Fazenda Pública, é nesse momento que surge, justamente, a eficiência do governo, do governador que está comandando o estado para tomar as medidas necessárias para que isso não aconteça. Nada menos do que 18 estados da Federação – há cerca de 4 anos –, 18 estados vêm sofrendo cotidianamente atrasos, solução de continuidade em pagamento de salários de servidores ativos e aposentados.

Então, quando nós, aqui na Bahia, temos a oportunidade de celebrar não só uma vitória, uma vitória retumbante, uma vitória que convence, que nos anima para que nós possamos encontrar um estágio, um novo estágio a partir de 2019, confiante, como confiamos todos nós, os baianos confiaram no governador Rui Costa...

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado, me dê um aparte!

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Eu não tenho nenhuma dúvida de que...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, por favor!

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- (...) as queixas e as críticas, que são naturais que a Oposição faça, nós aceitamos, mas nós também estamos convencidos de que o povo da Bahia reconheceu, com mérito, o governo Rui Costa.

Pois não, Deputado.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Angelo Almeida, eu vi V. Ex.^a falar aí em carteirada de deputado. Lembrou-me um fato: há muitos anos, eu estava na fila do *ferryboat*, e um deputado federal – naquela época da base do governo carlista, não me lembro o governador na época, um deputado federal prestigiado, tinha sido inclusive, ou era, secretário da casa Civil – chegou no *ferryboat*, naquela época, à noite, queria atravessar, a todo custo, e deu essa famosa carteirada, mas não deixaram entrar, não deixaram entrar! Então essa coisa de carteirada naquela época... aliás, é uma coisa muito pequena para a gente debater carteirada, se é a carteirada que torna o *ferryboat* ineficiente ou não. Mas estou querendo dizer a V. Ex.^a...

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Você está equivocado, não estou debatendo isso.

O Sr. Hildécio Meireles:- (...) é que não havia! Com relação às contas que V. Ex.^a falou, de fato, a gente ouve falar na eficiente gestão fiscal da Bahia. Mas, deputado, é uma maquiagem! Ao longo desse tempo, eu denunciei dessa Tribuna, por exemplo, a conta de despesas de exercícios anteriores. É uma conta que o governo, simplesmente, empurra para debaixo do tapete, esperando virar o ano para reabrir e prejudicar o orçamento do ano seguinte.

Então, tem uma série de atos de gestão, nas contas do governo, que são maquiagens! Então, certamente, reflete essa fictícia realidade que estamos vivendo hoje, e que logo, logo, vai ser descortinada! Porque essas maquiagens na contabilidade, seja ela público ou privada, têm um tempo, chega num determinado momento que estoura, que não tem jeito! E é o que se pronuncia nos próximos tempos no governo da Bahia, essa que é a grande realidade. Mas eu quero agradecer o seu aparte, quero agradecer a sua paciência.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Muito obrigado, Deputado.

Primeiro, que não me ative a me imiscuir no debate, falando da carteirada. Deputado, V. Ex.^a teve um problema no *ferryboat*, e cabe aqui subir à Tribuna e, sim: “Olha, a Agerba, a secretaria necessita melhorar, colocar mais pessoas para trabalhar”.

Mas não atribuir isso a um drama, fazer um drama com a gestão pública, por conta de um momento que... se referindo a uma travessia, porque tinham duas ou três pessoas no guichê funcionando. Aí, sim, eu acho... me perdoe, acho que é uma dramatização muito forte para pouca coisa.

Então, tenho certeza de que... nós temos certeza de que a crise econômica que se abateu por esse país, evidentemente, que chegou também à Bahia. O que nós acreditamos, meu querido deputado Hildécio, V. Ex.^a tem a sua visão...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- É só um aparte, deputado.

(...) mas nós acreditamos é que essa bola de cristal, essa madame Beatriz que V. Ex.^a consulta, que prega o apocalipse, ela tem lado. Aí, o senhor tá... V. Ex.^a está do seu lado. Nós, aqui, preferimos acreditar que temos um governador que tem comando sobre o estado, que é eficiente e tem responsabilidade sobre as contas públicas.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Só um apartezinho.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Pois não, deputado.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Eu soube agora de uma grande novidade pelo deputado Hildécio. Deputado, na época de ACM, dando carteirada, e não conseguindo entrar no *ferryboat*?! Síndico de prédio, de ACM, naquela época, dava carteirada e entrava. Com certeza esse funcionário foi demitido! Pode existir carteirada hoje, até porque a classe política está mais organizada e civilizada. Agora, é coisa rara, porque já vi coisas que, pelo amor de Deus!

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Eu nem aqui estava e... os cabelos brancos de V. Ex.^a podem testemunhar melhor do que eu e do que o próprio deputado Hildécio. Tenho certeza de que V. Ex.^a sabe o que está falando, como eu também sei o que estou falando, quando eu disse que esses tempos, graças a Deus, fazem parte do passado, um passado nebuloso!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRP/Podemos/Avante para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Não há orador, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Sr. Presidente, falará o deputado Zó pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Zó, nunca está só! (Entoa: Juazeiro, Juazeiro, Juazeiro!...) Vai falar o deputado Zó.

O Sr. ZÓ:- Presidente, não comece a falar em Juazeiro, pois você me mata de saudade, viu? Se eu tivesse o poder, faria um projeto para levar a Assembleia Legislativa para lá. Aí, eu não precisava vir.

Mas o que me traz aqui, primeiro, presidente, falando em Juazeiro, o Lago de Sobradinho já voltou a subir, entendeu? Essa é uma notícia boa, viu, Rangel? O Lago de Sobradinho, Itaparica e Três Marias já voltaram a receber águas das chuvas que vêm lá do norte de Minas e do Oeste baiano. Então, essa é uma boa notícia.

A notícia ruim que vou falar aqui – que o meu companheiro Hildécio, muito competente, muito embasado na sua fala colocou – é sobre os médicos cubanos. Eu, até agora, até então não tinha falado do presidente eleito Bolsonaro, porque ele foi eleito pela urna, apesar de ter usado muito *fake news*, muita mentira, mas ele foi eleito, foi escolhido. Agora, o que me deixa assim, até certo ponto, abismado, é a preocupação de que setores da direita brasileira, que votam contra os direitos trabalhistas, contra os direitos das mulheres, para as mulheres trabalharem em condições insalubres. Para vocês terem ideia, a frentista de posto, deputado Joseildo Ramos, que a partir de determinado mês não podia trabalhar na bomba, pela nova lei trabalhista, ela vai ter que trabalhar na bomba, respirando o cheiro dos combustíveis: gasolina, etanol e diesel. Isso tudo foi aprovado no Congresso. Uma série de determinações, e estão preocupados com os cubanos.

Aí, eu comecei a fazer conta. É uma bolsa de R\$ 10 mil dos cubanos, né? Aí, ficam R\$ 3 mil e poucos para os cubanos e R\$ 6 mil e tantos, ou é R\$ 7 mil, para o governo cubano. Já fizeram a conta de quem ganha R\$ 10 mil, no Brasil, para ver quanto o governo leva e quanto de obrigações eles têm de pagar da parte do que eles ganham, porque o governo não fornece o que a Constituição preconiza, que é saúde, que é educação, que é uma série de direitos que o povo tem?

Pois bem, quem ganha R\$ 10 mil, tem deduzido, automaticamente, de INSS, de Imposto de Renda R\$ 3 mil. Aí, fica com R\$ 7 mil. Daí ele tem que pagar escola do menino, porque, na escola pública, as pessoas não acreditam. Aí, tem que pagar a escola do menino. Aí, tem que pagar um plano de saúde, porque vai no INSS, e não quer enfrentar a fila. Aí, depois tem que pagar o aluguel ou financiamento da casa, quando financiava, porque era no tempo de Lula e de Dilma que se financiava, agora não financia mais, tem que pagar aluguel. E tem que pagar uma série de outras coisas.

Então, no lugar de estar preocupado com os cubanos que assinaram, que acordaram... já perguntaram aos cubanos se eles querem ficar, se eles estão discordando daquilo tudo? Perguntem aos cubanos. Porque quem ganha R\$ 10 mil no Brasil, automaticamente, deduz R\$ 3 mil de INSS e de Imposto de Renda.

O Sr. Targino Machado:- Um aparte, Excelência.

O Sr. ZÓ:- E paga escola, paga plano de saúde, paga aluguel ou financiamento de casa, paga uma série... paga o vigia que fica à noite olhando as portas das casas. E vai somando um bocado de coisas, fica com menos de R\$ 3 mil ou fica sem nada.

Então, eu estou colocando isso, porque está todo mundo fazendo conta. O presidente Bolsonaro disse, antes de assumir, que ali eram pessoas fantasiadas de médicos ou médicos, entre aspas, e que iria mandar todos embora dia 1º de janeiro. O que Cuba fez foi levar antes que ele cumprisse a sua promessa. Ou era brincadeira o que ele estava falando? Porque tudo que ele fala... Disse que preto, falando de consciência negra, falou que negro é pesado em arroba, e que não serve para nada; que pobre só presta para votar – ele disse tudo isso –; que vai mandar gente da esquerda lá para... Como é o nome do lugar? (Intervenção fora do microfone.) Não, tem um lugar que ele disse que é onde torturavam as pessoas na ditadura; que vai mandar tudo isso... Tudo isso que ele disse é brincadeira?! Ele disse da boca dele!

O Sr. Hildécio Meireles- Um aparte.

O Sr. ZÓ:- À vontade.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado, você fala aí em redução...

O Sr. Targino Machado:- Excelência, com todo o respeito, eu sou regimentalista. Eu solicitei o aparte, e V. Ex.^a não me concedeu.

O Sr. ZÓ:- Ah, eu não percebi. Eu não vi, porque V. Ex.^a não abriu seu microfone. Fique à vontade. V. Ex.^a acenou, mas não falou no microfone, como Hildécio. Mas fique à vontade.

O Sr. Targino Machado:- Eu ficaria aqui, respeitosamente, respeitando o seu direito de não me conceder.

O Sr. ZÓ:- E eu não entendi. O senhor fique à vontade, meu deputado.

O Sr. Targino Machado:- Agora, já que concedeu aos outros, V. Ex.^a está obrigado a fazê-lo, primeiro, a mim.

O Sr. ZÓ:- Não, fique tranquilo! Concedo aos dois. Depois de V. Ex.^a, deputado Hildécio fala.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, como todo o respeito que tenho a V. Ex.^a, eu quero fazer algumas considerações do quanto já foi colocado por V. Ex.^a nesta tribuna. Primeiro para dizer que é claro, se for facultado aos médicos cubanos a possibilidade de ficar no Brasil, naturalmente, eles vão querer ficar no Brasil pela liberdade que eles têm aqui, e que não têm acolá.

V. Ex.^a não deve conhecer a Ilha de Cuba, não deve conhecer as faculdades de medicina por onde esses médicos passaram, não deve conhecer. Gostaria de convidá-lo para irmos juntos lá. Cuba já teve, antes da Revolução, provavelmente a melhor medicina do mundo, melhor ensino de medicina do mundo. Não é o caso da Revolução Castrista para cá. Então, a gente precisa falar a verdade.

Não estou aqui fazendo defesa de mérito de nada, mas querendo colocar as coisas nos seus devidos lugares. E dizer a V. Ex.^a que não entendo como é alguém

tem a coragem de vir aqui, político, como é V. Ex.^a, para estar digladiando o resultado de urna. Resultado de urna é como sentença judicial.

O Sr. ZÓ:- Mas eu não estou digladiando o resultado de urna, eu admiti, ele ganhou, só estou falando do que ele falou.

O Sr. Targino Machado:- Agora, V. Ex.^a está colocando aqui cabelo em ovo, chifre em cabeça de cavalo. Encontrando dificuldades, falando do presidente eleito, né?

O Sr. ZÓ:- Não estou falando.

O Sr. Targino Machado:- Agora, eu quero ver essas reformas que V. Ex.^a fala, que vão de encontro aos interesses do povo, e acho que vão, algumas – a reforma da Previdência –. Muita coisa vai de encontro aos interesses do povo, povo esse que não teve culpa do rombo que está aí, como também o presidente eleito não teve nenhuma culpa. Afinal de contas, este país...

O Sr. ZÓ:- Só queria que V. Ex.^a fosse breve, porque, quando o deputado Hildécio estiver falando, não vou ter tempo de fazer minhas considerações finais.

O Sr. Targino Machado:- (...) Vou concluir! O tempo seguinte é nosso. Eu até te concedo, Excelência, não tem problema para continuarmos aqui debatendo.

O Sr. ZÓ:- Claro!

O Sr. Targino Machado:- Será um prazer debater com V. Ex.^a.

O Sr. ZÓ:- Claro

O Sr. Targino Machado:- Agora, não dá para ser nem governo meia boca nem oposição meia boca. Eu quero ver como vai se comportar V. Ex.^a com a reforma que o seu governador, o nosso governador da Bahia, vai mandar para aqui, aumentando o desconto na folha dos servidores do estado de 12% para 14%. Aí, sim, V. Ex.^a vai se comportar como deputado lagartixa, disposto a balançar a cabeça...

O Sr. ZÓ:- Aí, é o senhor que está dizendo. V. Ex.^a está dizendo, está falando por mim. V. Ex.^a está falando por mim...

O Sr. Targino Machado:- (...) Eu vou estar aqui...

O Sr. ZÓ:- (...) V. Ex.^a está falando por mim...

O Sr. Targino Machado:- (...) Tomara que V. Ex.^a vote contra.

O Sr. ZÓ:- (...) V. Ex.^a está falando por mim, está falando o que V. Ex.^a não conhece.

O Sr. Targino Machado:- Tomara que V. Ex.^a vote contra, como eu vou votar.

O Sr. ZÓ:- V. Ex.^a está falando o que V. Ex.^a não conhece.

O Sr. Targino Machado:- Pronto! Então vou ficar aqui aguardando o voto de V. Ex.^a...

O Sr. ZÓ:- Então V. Ex.^a está falando o que V. Ex.^a não conhece...

O Sr. Targino Machado:- (...) contrário ao projeto que vem do governador Rui Costa para aumentar a conta do servidor.

O Sr. ZÓ:- (...) Em nenhum momento eu falei nem questionei urna. Não questionei em momento nenhum a votação. Questionei o que ele disse, que ia mandar os médicos cubanos, dia 1º, embora. Ele disse que era médico, entre aspas, e que estavam fantasiados de médico. Se ele não os queria aqui. Eu conheço diversos cubanos que aqui estiveram: Magnólia, que era médica lá em Juazeiro; outros que estão em Uauá, que estão em Campo Alegre, que estão em Casa Nova, no nosso Sertão, que precisa de médicos, onde os médicos brasileiros não foram. O povo brasileiro apoia, em mais de 90%, o Programa Mais Médicos e o atendimento dos médicos cubanos.

Por isso que eu não conheço as faculdades de Cuba, mas acredito, porque os resultados da atenção e do trabalho que os médicos cubanos fizeram no Brasil são aprovados pela população, aprovados por prefeitos de esquerda e de direita! Não são somente os prefeitos dos partidos de esquerda que apoiam a vinda dos médicos cubanos para o Brasil, não, mas também os prefeitos dos partidos que apoiaram o presidente Bolsonaro, que estão compondo a equipe de transição e vão compor o futuro governo. Diversos prefeitos do Brasil inteiro, dos estados do Sul, que tiveram uma votação expressiva contra o nosso projeto, defendem a permanência dos cubanos. Por isso que os cubanos estão aprovados pela população. Eles fizeram um grande serviço, e a gente tem muito o que agradecer ao governo cubano e aos profissionais que por aqui passaram.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do bloco parlamentar Dem/PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Por todo o tempo, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui nesta Casa, assistência, eu estou para completar 4 anos nesta Casa, e uma das coisas – vou sair daqui da Assembleia – que gostaria de ter vivido muito aqui eram as discussões dos problemas da Bahia que a gente... talvez os governistas, por não terem por que discutir os problemas da Bahia, buscam sempre encaminhar as discussões, que deveriam ser próprias do Congresso Nacional. São problemas que nós, aqui, não temos a competência legislativa para resolvê-los.

Eu gostaria de não estar aqui falando sobre os problemas nacionais, mas eu não posso me furtar, depois dessas explicações que aqui vi, de falar sobre esses problemas.

Acredito – e assim procuro fazer em minha vida pública – que um dos primeiros requisitos do homem público deve ser a coerência, e não vejo coerência quando se defende que os médicos cubanos foram e são a resolução dos problemas de saúde do país. Parece até – ao ouvir os discursos aqui – que são mais próprios da resistência a uma eleição livre de um presidente que lá se encontra, do que propriamente um discurso baseado nas razões políticas que aqui conduziram.

Ora, há poucos dias a imprensa noticiou, lá no sudoeste da Bahia, que um médico formado no exterior foi preso, deputado Paulo Rangel – me parece que até se encontra ainda –, dentro de uma UPA, sob o argumento de que estava exercendo o exercício irregular da Medicina. Quando fui ler e investigar, esse médico formou-se num país, outro que não o Brasil, aqui da América do Sul, e por não ter feito o Revalida, foi preso, trancafiado e acusado de exercício irregular da Medicina. Qual mal há em você exigir para todos o que exige para o brasileiro? Por que o médico brasileiro precisa passar pela prova do Revalida e o médico cubano não? É uma questão, é falta de coerência.

Por demais, os mesmos deputados, os mesmos políticos que pregam de que pagar 70% para o empregador e 30% para o que exerce a mão de obra não é injusto, deputado Zé Neto, por que então contestar tanto a terceirização na mão de obra no serviço público? Qual o mal que há, se o cubano pode?

O Sr. Zé Neto:- Um aparte, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu vou permitir o aparte de V. Ex.^a. Se ao cubano pode ser terceirizado, sob as condições que lá estão? É falta de coerência na minha visão. Na minha visão é falta de coerência.

Mas, eu gostaria, Zé Neto, e vou lhe conceder o aparte, para aproveitar que você me responda aquilo que me interessa aqui na Bahia, aquilo que nós estamos, aqui no Parlamento para fazer. Eu vi uma matéria hoje, Hildécio, de que a Secretaria de Administração do Estado da Bahia, os próprios técnicos do Estado, constatou que lá existe nada menos que 675 cargos comissionados, na própria secretaria, ligados diretamente ao secretário e às diretorias que ali fazem.

E aí eu fico a imaginar, e repito, não estou fazendo pré-julgamento, quando eu vi, assisti tantos ex-prefeitos lotados aqui na Bahia, aqui no governo do estado, há de se perguntar: esses cargos comissionados foram para isso? São para isso? Eu passei aqui quatro anos, deputada Angela, alertando o deputado Zé Neto sobre a questão da previdência do estado da Bahia. Eu alertei de que o governo do estado, governo do PT, fez um ato bom ao criar o Baprev, mas logo depois desfez, sacou o dinheiro do Baprev todo, exatamente todo para cobrir o Funprev. Aquilo que ele tinha que fazer de aporte com recurso do Tesouro, ele fez com o aporte do recurso do Baprev.

E olhe o resultado. As eleições acabaram, estamos nos pós-eleitoral, e o que assistimos? O governador dizendo que vai privatizar aquilo que era uma palavra que jamais um petista falava, vai privatizar a Cerb, vai privatizar a Embasa, vai privatizar a Conder, privatizar os órgãos públicos, porque segundo a palavra do governador, repito, é o que ouvi nos sites, não ouvi da boca do governador, porque o estado está

literalmente quebrado. Ele já estava, eu alertava, as dificuldades viriam e estão aí postas. Quem vai pagar esta conta? Quem vai pagar esta conta?

O governador já deu a resposta ontem na reunião do seu conselho político, segundo ainda os sites que eu li, parte quem vai pagar a conta é o servidor público que já se encontra há quatro anos sem ter reajuste salarial, e vai pagar agora mais 2% a mais para a Previdência Social do governo do estado.

É esse discurso, é esse embate, é esse debate que nós precisamos fazer aqui. Nós precisamos saber, de fato, se a Embasa vai ser privatizada, em quais termos. Não dá para nós ficarmos calados, quando aqui a gente pega o *Diário Oficial*, e há uma dispensa de licitação de 31 milhões da Embasa. Repito, sem nenhum pré-julgamento.

A Embasa disse, e o deputado aqui disse, deputado Marcelo Nilo, em nome da Embasa, segundo ele, de que não foi uma dispensa de licitação. Foi uma convocação do segundo colocado. Ora, quem fala a verdade? O deputado que aqui subiu na tribuna, ou o *Diário Oficial* que onde nós devemos nos ater, nos observar para podermos fazer a nossa avaliação e a nossa fiscalização?

Deputado Zé Neto, V. Ex.^a quer um aparte? (Pausa) Desistiu?

O Sr. Zé Neto Lula:- Excelência, apenas eu queria dizer a V. Ex.^a que com relação à situação do Baprev, há uma decisão judicial. Eu vou passar para V. Ex.^a para V. Ex.^a saber o que se passa, para não estar fazendo nenhum comentário sem embasamento adequado, porque conheço a forma com que V. Ex.^a faz política.

A outra questão, relacionada ao Programa Mais Médicos, queria explicar a V. Ex.^a, primeiro que é um programa que atende a 163 países. E a gente está acostumado a enxergar a figura do médico no Brasil, eu diria, com uma certa distinção com relação a algumas outras profissões. Lá, essa figura do médico é uma figura importante, e como também é importante em diversos outros funcionários que estão no estado, cumprindo seu papel no mesmo patamar.

Cuba sofre, talvez, a mais aterrorizante perseguição econômica de embargos por parte dos Estados Unidos e alguns aliados, no curso de uma história totalmente equivocada por parte do poder econômico do mundo. De uma parte do mundo. E eu quero dizer a V. Ex.^a que esse programa, além de atender a 163 países, reconhecido na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, nos países ricos, inclusive, esse programa atende também as famílias desses médicos que ficam em Cuba, e que recebem os salários deles lá também. Eles lá, são assalariados, quando veem para cá, recebem o salário daqui, e lá continuam a receber o salário. A família continua a receber todo o apoio, o salário.

Esse recurso precisa ser reinvestido nesse programa, que tem uma, eu diria, um formato e uma intensidade de resultados positivos em todo o país, aqui no Brasil, e em todo mundo. Em todo o país, porque o Programa Mais Médicos, ele atinge a todos os territórios brasileiros.

Então, V. Ex.^a, eu torço muito que essa situação chegue a ser resolvida a contento. Diria que todos nós sabemos, aqui na política, que não foi apenas uma situação de exigência por parte de quem queria justiça para com os médicos de Cuba,

pelo contrário. Desde a campanha, o atual presidente eleito já vinha dizendo que por questões meramente ideológicas não queria aqui no Brasil os médicos de Cuba.

Esperamos que o bom senso prevaleça e que tenhamos resolvido esse problema muito grave.

E, por fim, lhe agradeço o aparte. E fica aqui a minha tristeza de saber que um programa tão valoroso, tão humanizado, onde esses médicos vivem intensamente o que fazem, e fazem com amor, nesse momento, muitos deles, diria quase a totalidade, estarão voltando para Cuba, infelizmente, por incoerência, inconsequência de quem não percebeu que a política está acima de interesses menores.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu agradeço o aparte de V. Ex.^a, mas lamento informar que os seus argumentos, deputado, infelizmente não me convenceram. E não me convenceram, sabe por quê? Porque não somos nós que temos que resolver o problema de Cuba, não somos nós como V. Ex.^a acabou de falar. Depois, eu não posso admitir, deputado, e foi no início da minha fala, que o médico brasileiro que não fez o Revalida seja preso porque está exercendo a sua função, e o médico cubano venha trabalhar sem precisar fazer o Revalida. Não é coerente! Já que é aberto para todo mundo, abra para todo o mundo. Que venha cubano, argentino, venezuelano e o brasileiro.

E, depois, o que eu constato, é que parece que o problema da saúde do Brasil foi resolvido com os médicos cubanos. E quando Zó falou aqui, que os prefeitos estavam adorando o programa, isso é óbvio! Aqueles prefeitos, Zó, que adoram o programa, são prefeitos que têm médicos cubanos! Nem todos os municípios receberam médicos cubanos. A minha cidade, por exemplo, não recebeu, certamente porque era do DEM. Eles não precisavam pagar os médicos, porque era o governo federal quem pagava. Eles gostavam porque não precisavam pagar os médicos com recursos próprios. E dizer que os médicos cubanos são mais humanos, são mais gentis, são melhores que os brasileiros, sobre isso eu dispensei falar qualquer coisa. Porque dizer, que só porque você é cubano é mais humano do que o brasileiro, paciência!

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, queria uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Alan Sanches:- Eu queria usar os 5 minutos, Sr. Presidente.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Sr. Presidente, nós temos uma sessão aqui muito importante de debates no dia de hoje, temos também projetos a serem votados e, realmente, precisamos do quórum. Portanto, preciso que o senhor peça os 15 minutos de normalidade que está no regulamento, zere o painel e convoque em alto e bom som todos os parlamentares que, inclusive, se encontram na sala do cafezinho e, certamente, adentrarão ao Plenário bem mais rápido que o tempo preciso.

Mas quero, sim, que sejam marcados os 15 minutos.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- V. Ex.^a será atendida.

Atendendo ao pedido de verificação de quórum do deputado Alan Sanches, convoco todos os membros da Casa para participarem da sessão porque há um pedido de verificação de quórum.

Com a palavra deputado Alan Sanches por até 5 minutos.

No painel já pedi para colocarem os 15 minutos.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, eu estava ouvindo aqui as discussões acaloradas do deputado Zó, inclusive...

O Sr. Zó:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Alan Sanches:- ... defendendo... A minha máquina aqui está quebrada, mas na hora em que estiver com 20 eu darei.

Sr. Presidente, na verdade, eu estava aqui acompanhando e não posso concordar com o que algumas pessoas, alguns deputados possam acreditar.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Sr. Presidente, quem não está presente pode falar?

O Sr. Alan Sanches:- Eu acabei de justificar...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- A máquina dele não estava funcionando. Na hora em que contar 20 aqui eu considero. Aí é matemática, deixe comigo.

O Sr. Alan Sanches:- A deputada tem que prestar atenção, prestar a atenção, deputada Fátima.

Sr. Presidente, como eu estava falando, na verdade, desde o início esse Programa Mais Médicos foi mal formulado. Há um tempo atrás mais de 600 médicos tentaram fazer o Revalida aqui para exercer a Medicina no Brasil e apenas dois passaram. Tive várias experiências no início dos médicos cubanos aqui que não acertavam passar Dipirona, que é o antitérmico, o analgésico mais simples que tem. Não acertavam passar Dipirona porque não estavam acostumados a exercer a Medicina aqui no Brasil.

O que todos nós brasileiros, todos nós médicos questionamos é justamente a forma que foi feita, porque a meu ver o que aconteceu foi o Brasil, a esquerda do Brasil querendo financiar o governo de Cuba. É muito fácil falar que o médico cubano é bom, isso e aquilo, não é. Além de tirar a mão de obra do brasileiro que podia, sim, estar exercendo diversos cargos que hoje estavam na mão dos cubanos, uma parte do seu salário, chamo o deputado Zó para prestar atenção nisso, deputado, vamos fazer uma conta rápida, acho que dá em torno de 8 mil cubanos no Brasil. Vamos fazer uma conta rápida para 8 mil. Eles ficavam com R\$ 8 mil do salário de cada cubano, seriam 64 milhões/mês que o Brasil transferia para Cuba, 64 milhões que deixam de circular no Brasil, mandando para Cuba. Se você botar aí por 24 meses, você vai ter 1 bilhão e 600, seriam quase R\$ 2 bilhões que o Brasil estaria transferindo para financiar o governo comunista de Cuba. É isso que sou contra, concordando com o deputado Luciano Ribeiro, o deputado aqui justamente chamou o início da minha fala, porque nós temos que dar oportunidade primeiro para os médicos da gente, os brasileiros que também querem.

Existem diversos brasileiros, centenas se não forem milhares de brasileiros que fizeram Medicina na Bolívia, que fizeram na Argentina, que fizeram em outros lugares e não tiveram direito. Por que cubanos? O baque que eles vão ter agora com essa exportação de mão de obra que Cuba será muito grande. Quero ver como é que eles vão suprir esses 64 a 70 milhões mensais que deixam de circular no Brasil para circular lá na Ilha de Cuba.

Então esse é o questionamento, e graças a Deus, esse Programa Mais Médicos será modificado, ele não será acabado, porque principalmente os municípios com menos de 20 mil...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Já há quórum para a continuidade da presente sessão.

Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Não há orador, Sr. Presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Ordem do Dia.

Em discussão e votação, o Projeto de Lei nº 22.918/2018, de procedência do Poder Executivo. Foi pedido vista pelo deputado Hildécio. Já devolveu. Já foi com 48 horas, já....

(Intervenção fora do microfone.)

Não, infelizmente... Você pode votar em separado, não há nenhum problema.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Designo como relator do projeto o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, antes de ler o meu voto, eu gostaria de fazer alguns comentários a respeito deste projeto de lei que nós estamos aqui apreciando e que deveremos votar em seguida. Trata-se do reajuste de preços de taxas de serviços cartoriais...

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, o tempo não está marcando, Sr. Presidente. Sr. Presidente. Só um minuto, por favor. O tempo lá não está marcando, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Marcar o tempo de 10 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (...) de serviços cartoriais, de fiscalização judiciária, dentre outros. E, em setembro de 2011, foi sancionada a Lei nº 12.352, que dispõe sobre a outorga, mediante delegação, a particulares, dos serviços notariais e de registros no estado da Bahia. Esta lei, Sr. Presidente, autorizou o Poder Judiciário a delegar esses serviços cartoriais. E, quando se fez essa outorga, meu nobre deputado Paulo Rangel, foi estabelecido alguns critérios para isso, me parece algo parecido, como se fosse, e é, uma concessão. Você tem uma concessão que tem critérios para

serem obedecidos por aqueles que se interessam pela concessão, como também tem os critérios estabelecidos pelo poder.

Então, é preciso respeitar esses critérios originalmente; porque, na medida em que você vai mudando esses critérios, é como, no meu entender, uma quebra de acordo. Então, neste projeto de lei que nós estamos apreciando aqui hoje, e eu entendo que o Ministério Público precisa, sim, de condições para exercer o seu trabalho, o seu mister, as suas tarefas, mas não se pode quebrar acordo sob pena de se ter uma regressão dessa concessão.

E vejam, V. Ex.^{as}, que, quando se pensou, como se chamava na rua, na privatização dos cartórios – que não é bem isso, era apenas uma outorga com delegação –, se tinha como objetivo a melhoria dos serviços para a população, e de fato melhorou.

Então, nós temos que ter o cuidado de não começar a criar barreiras, de modo que esses serviços sejam prejudicados, meu nobre deputado Joseildo Ramos, e a população seja prejudicada, na medida em que se torna inviável a prática dessa delegação pelos delegatários.

Portanto, neste projeto de lei, não se trata apenas de um reajuste de preços: se trata de modificar os critérios que foram estabelecidos na Lei nº 12.352, de 8 de setembro 2011.

Imagem, V. Ex.^{as}, que, pelo interior da Bahia, sobretudo nas pequenas cidades, em que os cartórios não são autossustentáveis e que esse sistema precisa fazer uso do Fecom, que é o fundo que foi estabelecido exatamente para isso, e que esse fundo começa a ser utilizado para outras finalidades que não aquela que fora estabelecida na lei originária, que é a Lei nº 12.352, de 12 de setembro de 2011.

Dito isso, presidente, feita essa observação, eu quero agora passar a ler o nosso voto em separado:

(Lê):- *“Voto em separado divergente ao parecer do relator das comissões de constituição e justiça, educação, cultura, ciência e tecnologia e serviço público, defesa do consumidor e relações do trabalho e finanças, orçamento, fiscalização e controle, que aprova o presente projeto de lei, com emenda de relator.*

RELATÓRIO

O Excelentíssimo Governador do Estado da Bahia apresentou à Assembleia Legislativa o incluso Projeto de Lei tombado sob nº 22.918/2018. Coube ao deputado Rosemberg Pinto a missão de relatá-lo, o que foi feito na forma do parecer e aditamento anexo.

Trata-se de Projeto de Lei que altera o anexo único da Lei nº 12.373, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a fiscalização, a contagem, a cobrança e o pagamento dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registro, da Taxa de Prestação de Serviços na Área do Poder Judiciário e da Taxa de Fiscalização Judiciária.

Após análise verificamos que o Projeto de Lei em apreço, com a emenda de relator presente no aditamento, embora passível de análise favorável do ponto de vista formal, do ponto de vista da conveniência, não atende aos requisitos mínimos para a sua aprovação, senão vejamos:

Apesar da presente proposição ter sido objeto de análise e discussão realizada pelas bancadas representativas dos deputados desta Casa, bem como por representação dos delegatários e demais instituições interessadas na matéria, o que resultou na apresentação do aditamento do parecer do relator, devemos levar em consideração na apreciação do mérito, que medidas de majoração de preços públicos não são as mais adequadas para o atual momento de crise econômica que o nosso país atravessa.

Ademais, o Projeto de Lei em apreço deixou de observar os princípios presentes na Lei federal nº 13.726, de 08 de outubro de 2018, que ‘racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação’, vez que trata do aumento pecuniário de taxas, indo na contramão dos anseios da população em angariar os benefícios com a ‘supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco’, como preconiza o Art. 1º da retro mencionada lei federal. Por esta razão, sob o ponto de vista econômico e financeiro e atendendo aos melhores interesses da população do nosso Estado, opinamos pela desaprovação do Projeto de Lei em análise.

VOTO

Diante do exposto, opino pela desaprovação do Projeto de Lei nº 22.918/2018, com as emendas de aditamento do relator e demais emendas apresentadas, pelas razões expendidas no presente.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2018.

Hildécio Meireles.”

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Há sobre a mesa um requerimento, nos termos do art. 89, parágrafo único do Regimento Interno, requerendo a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 600 minutos, com objetivo de apreciar as matérias constantes na Ordem do Dia.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

O Sr. Rosenberg Pinto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Com a palavra o deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente, como relator, eu observei a leitura do deputado Hildécio, que realmente teve o cuidado de estudar o projeto. Mas quero aqui manter e defender o projeto em sua originalidade, com as emendas de relator, tendo em vista que o apresentado como argumento pelo deputado Hildécio não pode ser tratado nesse projeto.

Esse projeto diz respeito às taxas, aos valores e ao que representam. A alteração, do ponto de vista da necessidade de registros, está regulada por outra lei, não por essa. Se aceitássemos a argumentação do deputado Hildécio, nós estaríamos fazendo uma alteração em uma lei que não diz respeito ao debate neste momento. Por isso, pedindo vênha ao deputado Hildécio, que respeito pelo trabalho que fez a partir do seu pedido de vistas, quero reafirmar a leitura que foi feita aqui, defendendo a sua originalidade.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Em votação o parecer do relator no âmbito das comissões...

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, peço uma verificação de quórum de votação no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V. Ex.^a será atendido, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pois não, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Gostaria que V. Ex.^a zerasse o painel e desse o tempo regulamentar de 25 minutos para a recomposição do quórum de votação. Ao mesmo tempo, gostaria de convocar todos os deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes e nos corredores desta Casa a se fazerem presentes, agora, neste Plenário, já que temos uma questão de ordem que pede verificação de quórum de votação. Portanto, precisamos da presença de todos os Srs. Deputados para que possamos recompor o quórum.

Era essa a questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k. Marquem o tempo de 25 minutos para a verificação de quórum de votação no âmbito das comissões... Corrigindo, o tempo para verificação no âmbito das comissões é de 15 minutos.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Quinze minutos por ser comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu queria solicitar da Oposição um gesto que, acho, seria razoável, porque nós já assinamos a dispensa de formalidades com os termos de não necessariamente se votar a favor do projeto.

O deputado Roberto Carlos, que era para estar aqui desde as 4 da tarde, foi ao médico e teve de fazer um exame, por isso está atrasado. Mas ele acabou de me avisar que está chegando.

Eu pediria, pelo menos, que em vez desta verificação de quórum de votação nas comissões, que se verificasse o quórum de votação no Plenário. Até porque, se não conseguirmos o quórum, atrasaríamos por mais uma semana esse projeto do Tribunal, quando já temos, inclusive, uma composição feita durante quase quatro semanas de diálogo, de alinhamento. Para mim, está no termo adequado o que foi discutido, o que foi relacionado.

V. Ex.^{as} participaram dessa composição e, inclusive, as reuniões foram realizadas na Sala da Liderança da Oposição. Todas as reuniões foram realizadas lá.

Então, já que realmente eu tenho essa dificuldade aqui com o deputado Roberto Carlos, que completaria o quórum, peço isso a V. Ex.^{as}. Não vejo impedimento para não fazermos esta aferição no âmbito do Plenário, para ver se a gente teria menos dificuldade nesta votação, que se arrasta já há alguns dias, mesmo depois de se ter esgotado todos os trâmites do ponto de vista do debate e do próprio alinhamento de interesses.

V. Ex.^a colocaram suas posições, outros deputados também pontuaram o que tinham de pontuar. Como eu disse agora há pouco, todo esse debate foi feito na Sala da Liderança, até em respeito à Liderança, então eu solicito a V. Ex.^a que possa avaliar isso no âmbito da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Hildécio, segue o pedido ou retira?

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, eu quero dizer ao Líder Zé Neto que sou um deputado disciplinado – aliás, sempre procurei ser disciplinado desde criança –, e eu recebi essa determinação da minha Bancada. Portanto, mantenho, reitero o pedido de verificação de quórum de votação no âmbito das comissões.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. Zé Neto:- Excelência, peço que seja dado o tempo regulamentar de 15 minutos.

(O Sr. Presidente continua a verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não há quórum na Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. Zé Neto:- Peço que os 15 minutos sejam observados.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Os 15 minutos, por favor. Já estão sendo marcados.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, na verdade, o tempo já tinha sido aberto quando o deputado Zé Neto estava fazendo o comentário. Não começou agora. O tempo já tinha sido solicitado por outro deputado, e o deputado Zé Neto estava falando nesse tempo. Faltavam 7 minutos, quando V. Ex.^a abriu novamente o tempo

para 15 minutos. Eu estava aqui olhando, quando o deputado Zé Neto novamente pediu. Então, 15 com 8 já vão ser 23 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k, deputado.

Comissão de Educação, Cultura, Ciência...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, V. Ex.^a não decidiu a questão de ordem. Já estava em 7 minutos. Foi deputado Paulo Rangel que acenou, como não podia ser de outra forma. E agora 8 minutos já tinham sido contados... Agora mais dois, Excelência...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Vamos fazer o seguinte: como eu estou aqui de costas para o painel...

O Sr. Zé Neto:- Abata 5 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Vamos marcar 10 minutos, então.

O Sr. Zé Neto:- Contemporiza.

O Sr. Targino Machado:- Não é isso...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Dez minutos! Marca aí 10 minutos. Pronto.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

O Sr. Alan Sanches:- Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deixe eu concluir aqui...

O Sr. Alan Sanches:- É justamente sobre isso.

Presidente, até para colaborar com o deputado Zé Neto, pergunto se não seria mais conveniente V. Ex.^a esperar o tempo e fazer essa contagem definitivamente. Da forma que V. Ex.^a está procedendo, quando terminar o tempo o deputado Zé Neto vai poder pedir novamente que V. Ex.^a faça a contagem e marque os 15 minutos. Observe que a Comissão de Constituição e Justiça não teve quórum, mas V. Ex.^a teria de fazer novamente. Será que não é mais coerente que a gente espere estes 8 minutos e faça de vez, até para colaborar com o deputado Zé Neto.

O Sr. Targino Machado:- Data vênia, Sr. Presidente.

O tempo de 15 minutos aberto a pedido do deputado Paulo Rangel era para contemplar todas as comissões. Não são 15 minutos para cada uma, não. São 15 minutos para as três comissões. Encerrados os 15 minutos, morreu, acabou. Estou só indo em socorro, porque o deputado Alan Sanches estava imaginando de forma diferente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não, quando acabar o tempo aqui, acabou.

(O Sr. Presidente continua a verificação de quórum no âmbito da Comissão Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Quatro deputados na Comissão de Educação. Não há quórum.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.)

Também não tem quórum na Comissão de Defesa do Consumidor.

Vamos à Comissão de Finanças e Orçamento.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

Queria apenas convocar os deputados e as deputadas que se encontram na Casa, porque estamos em uma verificação quórum de votação no âmbito das comissões e necessitamos da presença dos senhores no Plenário, para que possamos dar seguimento à votação.

Tem um importante projeto sendo apreciado que trata de assuntos relevantes do Judiciário, precisamos da presença das Sr.^{as} Deputados e dos Srs. Deputados aqui no Plenário. Nós ainda temos 5 minutos e meio, precisamos das presenças de V. Ex.^{as}.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Também não tem quórum na de Finanças.

Vamos voltar à Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

Apenas dois Srs. Deputados presentes à Comissão de Constituição e Justiça: Rosenberg Pinto e Alan Castro.

Agora a Comissão de Educação.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Há quórum na Comissão de Educação.

Vamos à de Defesa do Consumidor.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.)

Também não tem quórum na de Defesa do Consumidor.

Comissão de Finanças.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Cinco presentes.

O Sr. Targino Machado:- Em que comissão, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Finanças.

Falta a Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Tem que começar a chamar, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Vou chamar rapidinho.

(O Sr. Presidente procede à verificação e quórum no âmbito da Comissão Constituição e Justiça.)

Não tem quórum.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente, eu queria fazer...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

(...) Não encerrou a sessão, não. Não teve quórum na comissão, mas a sessão não acabou.

Sr. Presidente, eu queria...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Acabou a sessão porque...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Acabou a comissão...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- (...) a matéria subsequente está sobrestando a pauta. A matéria...

O Sr. Adolfo Viana:- O governo não quer os votos da Oposição para presidente, mas, de repente, a gente pode ajudar botar quórum na Casa.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Pela ordem, presidente.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- A matéria subsequente está sobrestando a pauta.

A sessão está encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.